



V SIPIID APROXIMA INDÚSTRIA E GOVERNO PARA DISCUTIR AGENDA DA INOVAÇÃO

14



MATÉRIA POLÍTICA

20



ARTIGO

22



ENTREVISTA

*Empresa global, presente em mais
de 100 países e líder na América Latina*

Excipientes



MICROCEL®

Celulose Microcristalina

TABULOSE SC®

*Celulose Microcristalina &
Carboximetilcelulose Sódica*

SOLUTAB®

Croscarmelose Sódica

EXPLOSOL®

Glicolato de Amido Sódico

SORB-CEL®

Base Efervescente

TABDONE® CL

Crospovidona



*Vencedora do Prêmio
Sindusfarma de
Qualidade 2014*

//Corpo Dirigente

▼ Conselho Administrativo

Presidente: Ogari Pacheco
 1º Vice-Presidente: Nelson Brasil
 2º Vice-Presidente: Reinaldo Guimarães
 Vice-Presidente Planejamento: Marcos Oliveira
 Vice-Presidente Farmacêutico: Dante Alario
 Vice-Presidente Farmacêutico: Peter Andersen
 Vice-Presidente Farmoquímico: Jean Peter
 Vice-Presidente Farmoquímico: Nicolau Lages
 Vice-Presidente Cadeia Química: Lélío Maçaira
 Vice-Presidente Biotecnologia: Akira Homma

Diretores:
 Relações Institucionais: Odilon Costa
 Assuntos Parlamentares: Antônio Werneck
 Propriedade Intelectual: Ricardo Marques
 Regulatório Fardo: Márcia Bueno

Conselheiros Gerais:
 Artur Couto | Hayne Felipe | José Loureiro Cardoso
 Rodrigo Pinto | Ronald Rubinstein | Sergio Frangioni

Conselho Fiscal:
 Fábio Marcelo de Souza | Mario França | Milton Olympio

▼ Conselho Consultivo

| | |
|---------------------------------------|-----------------------|
| Alberto Ramy Mansur | Luiz Carlos Borgonovi |
| Alcebíades de Mendonça Athayde Júnior | Marcelo Rodolfo Hahn |
| Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira | Pedro Wongschowski |
| Fernando Sandroni | Poliana Silva |
| José Gomes Temporão | Telma Salles |

//Expediente

Coordenação Geral: Claudia Craveiro
 claudia.craveiro@abifina.org.br

Jornalista: Inês Accioly
 Matéria Sipid: Tamara Menezes
 Assistente: Lucielen Menezes

Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Central Telefônica: Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br



25

Especial

V Sipid aproxima indústria e governo para discutir a agenda da inovação



14

Matéria Política

Sem inovação não há desenvolvimento industrial

Entrevista

Carlos Lessa
 Em crise de identidade, Brasil precisa definir um projeto de Estado

22



08

Artigo

Reinaldo Guimarães
 PDPs: novas regras



//Sumário

| | |
|--|----|
| Artigo | |
| Gilberto Soares | 11 |
| Artigo | |
| Ana Claudia Oliveira | 12 |
| Artigo | |
| Denis Barbosa | 20 |
| Matéria Cristália | |
| Água, um bem finito muito bem utilizado | 32 |

//Seções

| | |
|---------------------------|----|
| Editorial | 04 |
| Painel do Associado | 34 |
| ABIFINA em Ação | 37 |

A ABIFINA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Marcos Henrique Oliveira e Nelson Brasil de Oliveira(*)



“Você se torna o que você produz. Este é o destino inevitável das nações. Especialize-se em commodities e matérias-primas e você ficará, irremediavelmente, prisioneiro na periferia da economia mundial”

Dani Rodrik, em “Paradoxo da Globalização”

Até 1930, o Brasil era um país essencialmente agrícola, sendo praticamente inexistente uma indústria local. Com Getúlio Vargas no poder durante a II Guerra Mundial, essa situação começou a ser revertida, tendo em vista suprir às necessidades nacionais, fato que levou Getúlio a forçar Roosevelt a ceder tecnologia e apoiar a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda em 1942.

Entre 1944 e 1945, realizou-se um forte debate entre o economista liberal Eugenio Gudín – que postulava que o Brasil deveria se manter como país essencialmente agrícola – e o líder empresarial Roberto Simonsen – que advogava um papel decisivo do Estado em prol da industrialização doméstica. São dignas de registro as seguintes palavras de Gudín, que até hoje norteiam o pensamento de nossos economistas neoliberais: “O que o Dr. Simonsen não quer é concorrência. O que ele quer é que o Estado, por um empréstimo obtido de governo a governo, proporcione aos industriais existentes a aquisição de novo aparelhamento e não permita a entrada de novos concorrentes”.

Após a Segunda Guerra Mundial, com mais da metade do mundo desenvolvido destruído, um numeroso grupo de países liderados pelos Estados Unidos sentou-se à mesa para discutir o estabelecimento de uma ordem mundial que propiciasse a reconstrução e evitasse novos conflitos. Nascia o chamado sistema de Bretton Woods, que criou um banco para financiar a reconstrução – o Banco Mundial –, um fundo para regular e auxiliar a estabilidade das moedas – o Fundo Monetário Internacional –, e um acordo para incentivar o aumento do comércio internacional e limitar o protecionismo – o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês).

Com todos os seus discutidos defeitos, o sistema de Bretton Woods foi eficaz em promover a reconstrução. Com a ajuda de um intenso fluxo de capitais e a recomposição das linhas de comércio internacional, os países afetados mais diretamente pelo conflito, na Europa e na Ásia, conseguiram em pouco mais de uma década recuperar seu ritmo de atividade econômica. Apesar de seus protestos em razão da camisa de força imposta pelo GATT, os países em desenvolvimento eram felizes e não sabiam. As regras do GATT impunham aos seus membros a redução progressiva das tarifas sobre o comércio internacional e o tratamento igual a todos os seus parceiros comerciais. Mas, ainda assim, o acordo mantinha uma razoável margem de manobra para os países praticarem políticas proativas de desenvolvimento.

Diversos países da América Latina tiveram um desenvolvimento industrial importante nas décadas de 60 e 70 do século passado – Argentina, Brasil, México – na esteira de uma política de substituição de importações defendida pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), que envolvia uma ativa participação do Estado, proteção tarifária a indústrias nascentes, conteúdo nacional mínimo, financiamento a juros subsidiados, administração cambial etc. Mais que isso, para viabilizar os setores industriais nascentes, o Estado participou como acionista, não poucas vezes majoritário, em inúmeros empreendimentos industriais cujo risco ou aporte de capitais não poderia ser bancado apenas pelo setor privado.

No Brasil, o marco inicial desse novo posicionamento desenvolvimentista foi lançado pela Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI-51), criada em meados de 1951, com o objetivo de estabelecer um plano de desenvolvimento industrial. Em decorrência desse plano, entre 1952 e 1954 o governo criou o BNDE, o Conselho Nacional de Petróleo e a Petrobras.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1960, foi implantado um plano nacional de desenvolvimento econômico visando à industrialização – inicialmente de veículos –, ao tempo em que foram criados Grupos Executivos para cuidar de Marinha Mercante, de Indústria de

Construção Naval, de Mecânica Pesada e de Assistência à Média e Pequena Empresa, entre outros.

Ao longo dos anos 70, foram adotados dois planos nacionais de desenvolvimento, propiciando uma diversificação do parque industrial voltada para a infraestrutura e a produção de bens de consumo duráveis e insumos básicos, bem como foram definidas as salvaguardas para setores estratégicos – como aeroespacial e de telecomunicações. Com a denúncia unilateral dos acordos de cooperação de militar com os EUA havida na segunda metade dos anos 70, foi criada a indústria bélica e aeroespacial. Disso decorreu que, no final dessa década, o mercado brasileiro já era atendido predominantemente pela produção interna, liderada pelos bens intermediários e de capital. No decorrer da década de 70, ao amparo destas políticas de forte interação entre o Estado e o setor privado, falava-se do “milagre brasileiro”.

Do outro lado do mundo, na Ásia do Leste, vários países se desenvolveram rapidamente, embora com uma estratégia diversa daquela preconizada pela Cepal. O Japão foi bastante ajudado pelos capitais para a reconstrução e partiu de uma sólida base industrial e mão de obra qualificada que já possuía antes da guerra. Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Malásia, entre outros, tiveram que partir de uma base industrial e de conhecimento virtualmente inexistente. Com um mercado interno incapaz de sustentar um processo de industrialização e modernização, adotaram um modelo direcionado à maximização das exportações sob a batuta do planejamento e participação estatal.

O modelo coreano é emblemático: na esteira de sucessivos planos quinquenais e sob a forte direção do Estado, a Coreia, em cerca de 30 anos, passou de uma economia agrária quase primitiva para uma potência industrial. O caso da China, embora seu desenvolvimento tenha ocorrido um pouco mais tarde – a partir da década de 80 com as reformas introduzidas por Deng Xiaoping –, não é menos ilustrativo da importância da mão visível do Estado. A China foi, e continua sendo, extremamente criativa para participar do sistema mundial baseado nos mercados, enquanto mantém, internamente, um sistema de economia planejada. Sua estratégia de participar do comércio internacional através de Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), com livre intercâmbio com o exterior mas isoladas do mercado interno, funcionou bastante bem para permitir a evolução quali-quantitativa do seu parque industrial.

O traço comum entre as duas experiências de desenvolvimento, a da América Latina e a asiática, foi seguramente o papel desempenhado pelo Estado, seja participando ativamente do processo, seja criando as condições para o arranque das forças produtivas do setor privado. A industrialização sempre acontece na esteira de políticas governamentais proativas, uma velha lição dada por Alexander Hamilton, que os EUA aproveitaram muito bem, mas que por vezes é esquecida.

Todo este processo de evolução dos países menos desenvolvidos ocorreu em meio a fortes crises no sistema capitalista mundial, a começar com o abandono do padrão-ouro pelos

EUA – que praticamente liquidou o sistema cambial criado por Bretton Woods –, a crise do petróleo dos anos 70, a crise americana do início dos anos 80, para citar as mais severas. A súbita elevação das taxas de juros pelo Federal Reserve americano no início dos anos 80 drenou a maior parte dos capitais circulando no mundo e teve um impacto devastador para os países que se endividaram para financiar seu desenvolvimento. Caíram progressivamente o México, a Argentina e o Brasil. Não foi menor o impacto nos países asiáticos. Para equilibrar seus déficits, uma longa fila de países se formou diante do FMI em busca de auxílio. Para enfrentar crises semelhantes, o FMI elaborou um receituário de ajustes fiscais ortodoxos que limitaram os investimentos públicos e paralisaram a economia dos países emergentes. O Brasil foi severamente atingido. As décadas de 80 e 90 foram perdidas do ponto de vista do desenvolvimento industrial.

“O TRAÇO COMUM ENTRE AS DUAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO, A DA AMÉRICA LATINA E A ASIÁTICA, FOI, SEGURAMENTE, O PAPEL DESEMPENHADO PELO ESTADO, SEJA PARTICIPANDO ATIVAMENTE DO PROCESSO, SEJA CRIANDO AS CONDIÇÕES PARA O ARRANQUE DAS FORÇAS PRODUTIVAS DO SETOR PRIVADO”

Concomitantemente às diretrizes do FMI, os EUA e o Reino Unido lançaram os fundamentos de uma nova política econômica centrada na austeridade fiscal, na livre movimentação de capitais, na remoção do Estado como ente produtivo e motor do desenvolvimento. As palavras de ordem passaram a ser estabilidade, privatização irrestrita, liberdade de comércio absoluta e livre fluxo para o capital. O Banco Mundial elaborou esta receita com um ideário que ficou conhecido como o “Consenso de Washington”. Estas ideias permearam e influenciaram os debates na Rodada Uruguai do GATT, da qual resultou a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1995.

A relativa liberdade que os países em desenvolvimento tinham para adotar políticas industriais foi severamente cercada a partir das novas normas que surgiram com a criação da OMC. Ao contrário do GATT em seu início, as regras estabelecidas pela OMC vão muito além de tarifas, englobando questões como compras governamentais, conteúdo mínimo, transações de serviços, propriedade intelectual, uma parafernália de regulações que, em tese, objetiva reduzir os tão falados “custos de transação” e, assim, aumentar a eficiência da economia como um todo. Na prática, resultam

numa severa limitação à adoção de políticas industriais pelos países em desenvolvimento.

A partir de 1996, concomitantemente à internalização dos acordos da OMC, o Brasil passou a adotar uma política de forte cunho liberal, privatizando empresas públicas, liberando os fluxos de capitais, removendo barreiras à importação e limitando drasticamente a ação do Estado como agente do desenvolvimento. Por um longo período de tempo manteve o real extremamente valorizado em relação ao dólar, o que provocou um crescimento desordenado de importações de produtos industriais, com impacto negativo em diversos segmentos industriais, especialmente naqueles de maior conteúdo tecnológico. Em 1999, o Brasil teve que voltar a recorrer a empréstimos do FMI e desvalorizar fortemente sua moeda para tentar reequilibrar suas contas externas. O dano ao parque industrial não foi revertido até hoje.

“UMA GRANDE APOSTA DO SETOR PRIVADO EM PARCERIAS COM O SETOR PÚBLICO EM PROJETOS DE LONGO PRAZO DE MATURAÇÃO – COMO É REQUERIDO PELO BRASIL – NECESSITA DE CLAREZA E MANUTENÇÃO (ESTABILIDADE) DE REGRAS PÚBLICAS, PARA QUE OS RETORNOS SEJAM PREVISÍVEIS PELOS EMPRESÁRIOS”

A tentativa de limitar a importância do Estado como agente do desenvolvimento não se esgotou com as regras da OMC. Os países desenvolvidos não se satisfizeram com as regras de 1995 e, liderados pelos EUA, passaram a acelerar o estabelecimento de tratados bilaterais ou regionais de comércio, nos quais inserem condições bem mais restritivas aos países menos desenvolvidos do que aquelas contidas nos acordos da OMC. Há hoje milhares destes acordos bilaterais em vigor no mundo e a pressão por sua ampliação é muito forte.

Somente a partir de 2004, o planejamento central voltou a ser definido pelo Poder Executivo através da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) – com vigência em 2004-2008 –, sendo posteriormente complementada pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) – vigendo no período 2008-2010 – e, finalmente, pelo Plano Brasil Maior (PBM) – cobrindo o período 2011-2014.

Embora esse planejamento de Estado venha sendo mantido ao longo de dez anos, sua repercussão em termos de estímulo à indústria nacional em realidade verificou-se reduzida em número de setores. Inúmeros estudos e análises recentes indicam que o País já sofre um processo de desindustrialização, com sua pauta de exportações calcada em *commodities*

agrícolas e matérias-primas minerais e a de importações envolvendo pesadamente produtos industriais – com elevado valor agregado.

Há várias causas para esse baixo retorno havido em tais políticas, as quais são tratadas em sequência:

1• Planos de desenvolvimento econômico e social necessariamente, além de possuírem um caráter plurianual robusto – algo em torno de 20 anos como ocorre na China, Japão e Coreia –, devem ser aprovados pelo Congresso Nacional para alcançar estabilidade jurídica e conferir segurança na manutenção de regras em longos períodos. As alternâncias que se fazem a cada novo mandato governamental – e às vezes até mesmo dentro de um mesmo mandato – são desastrosas em planos de investimento por conferirem insegurança aos investidores quanto ao retorno a ser previsto.

2• Um plano de desenvolvimento econômico e social expressamente deve incorporar um projeto de desenvolvimento industrial, pois sem uma forte indústria fabricando localmente produtos com maior valor agregado jamais teremos soberania e crescimento assegurado ao longo do tempo. A participação da indústria no PIB nacional no final dos anos 80 era de 25%. Hoje, caiu à metade, como resultado do processo desindustrializante iniciado nos anos 90 e que parece não ter fim.

3• Desenvolvimento econômico requer investimento na produção local, que se alcança com o expressivo aporte de recursos privados. Os recursos públicos para tais investimentos podem ocorrer em áreas estratégicas – inclusive em parcerias com o setor privado. Mas uma grande aposta do setor privado em tais parcerias com o setor público em projetos de longo prazo de maturação – como é requerido pelo Brasil – necessita de clareza e manutenção (estabilidade) de regras públicas, para que os retornos sejam previsíveis pelos empresários.

4• O Brasil possui um enorme mercado interno e abundância de recursos naturais. No entanto, para a produção local ser competitiva interna e externamente é imprescindível que haja uma isonomia nessa competição, para o que se faz necessário atentar para variáveis macroeconômicas, em especial câmbio e taxas de juros para investimentos, além de uma indispensável reforma fiscal.

5• A eficácia dos planos de desenvolvimento requer fundamentalmente a plena adesão de toda a máquina pública aos objetivos do planejamento, sem que ocorra uma divergência de entendimento entre agentes e agências governamentais, como ocorre atualmente. Nesse particular, também é requerida a compreensão e adesão do Ministério Público, pois ações inapropriadas podem inibir importantes iniciativas de agentes públicos nessa área do desenvolvimento econômico.

As diretrizes acima apresentadas, em nosso entendimento, deveriam nortear a elaboração e a condução do planejamento econômico e social a ser implantado neste segundo mandato presidencial, a se iniciar em janeiro de 2015.



(*) Vice-presidentes da ABIFINA



Na hora de escolher o seu fornecedor, escolha quem trabalha a serviço do bem-estar da população

- A NORTEC é uma indústria químico-farmacêutica com mais de 30 anos no mercado
- Sua missão é utilizar a química como Ciência Experimental aliada a mais alta tecnologia e ao conhecimento disponível, para produzir Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), que atendam às necessidades e ao bem-estar dos seres humanos
- A NORTEC possui três unidades industriais – todas comprometidas com a qualidade, tendo desenvolvido mais de 50 IFAs a partir de tecnologia própria, por meio de seu centro de Pesquisa e Desenvolvimento
- Essa responsabilidade transformou a empresa numa referência neste setor, com sucessivos prêmios de excelência no suprimento de IFAs no Brasil e no exterior

NORTEC QUÍMICA, maior produtora de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) da América Latina

Nortec Química S.A.

Rua Dezesete, nº 200 - Distrito Industrial Duque de Caxias - Xerém - Duque de Caxias - RJ - Brasil CEP: 25250-612

Tel.: 21 3501 7300 | Fax.: 21 3651 7323

www.nortecquimica.com.br



PDPs: NOVAS REGRAS

Reinaldo Guimarães | 2º vice-presidente da ABIFINA

Linteiramente compreensível e vem em boa hora a iniciativa do ministro Arthur Chioro de consolidar os princípios e os ritos da Política de Desenvolvimento Produtivo, em particular nos capítulos da definição dos produtos estratégicos, da articulação intragovernamental e das PDPs. Num diagnóstico geral do conteúdo da Portaria, deve ser dito que sua publicação fornece mais segurança a todos os envolvidos. Mas ao lado dessa apreciação positiva, emergem algumas dúvidas, bem como a constatação de que certos ângulos da regulamentação apresentada cristalizam pontos problemáticos. O objetivo desse texto é analisar as disposições da Portaria em alguns de seus aspectos. Como elemento organizador dos comentários seguintes, entendemos ser de utilidade elencar as dimensões essenciais da Política de Desenvolvimento Produtivo. São elas:

- 1 • A orientação do mercado mediante a publicação do rol de produtos estratégicos para o SUS.
- 2 • A utilização do poder de compra do Estado como ferramenta de desenvolvimento industrial e de ampliação do acesso a produtos industriais de saúde.
- 3 • A articulação da vigilância sanitária com o desenvolvimento industrial em saúde.
- 4 • O desenvolvimento de mecanismos eficientes de avaliação e incorporação de tecnologias.

5 • O estabelecimento de acordos tecnológicos e produtivos mediante parcerias público-privadas, cujos principais desafios são:

- a - A maximização da taxa de sucesso das parcerias medida pela efetiva entrega dos produtos envolvidos;
- b - A maximização da apropriação das tecnologias envolvidas, seja por desenvolvimento local, seja por transferência de tecnologias do exterior;
- c - A verticalização dos processos produtivos no País;
- d - A garantia da eficácia e da segurança dos produtos envolvidos nas parcerias;
- e - A manutenção pactuada de uma trajetória de preços decrescentes, com a devida preservação da sustentabilidade negocial de cada parceria.

Nossa apreciação do esforço do Ministério da Saúde será relativa ao quanto a Portaria se aproxima (ou não) dessas dimensões. A Portaria trata diretamente de três das cinco elencadas acima, a saber: (i) a orientação do mercado; (ii) o estabelecimento de acordos mediante PDPs; e (iii) a articulação da Anvisa e de ministérios com o desenvolvimento industrial em saúde.

A ORIENTAÇÃO DO MERCADO

Quanto à publicação da lista de produtos estratégicos, deve ser mencionado o alargamento do escopo de classes de produtos, abarcando agora a totalidade de produtos finais industriais relacionados à saúde humana, bem como a introdução de produtos intermediários, nomeadamente os casos de software embarcado em dispositivos médicos ou utilizados em sistemas de

informação e comunicação voltados à saúde. A lista terá uma atualização anual e sua composição deverá seguir recomendações do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis). Abre-se a possibilidade de modificações ad-hoc da lista e sua divulgação anual deve ser concomitante à divulgação do calendário das reuniões do Gecis naquele ano.

O ESTABELECIMENTO DE ACORDOS POR PDPs

A maioria das disposições da Portaria vincula-se à normatização dos acordos tecnológicos e produtivos mediante parcerias público-privadas (PDPs) e, neste tema, vale analisar o relacionamento dessas normas com os pontos que mencionamos no início do texto.

A Portaria é minuciosa quanto à definição de diretrizes e requisitos para uma PDP (cerca de 30 itens). Merece comentário, entretanto, a definição dos sujeitos participantes da PDP. Está no artigo 9º. Curiosamente, entre os objetivos da participação das entidades privadas, não aparecem as etapas de “pesquisa e desenvolvimento”. Estas só estão presentes no âmbito das instituições públicas. É como se o polo privado da parceria prescindisse de P&D locais.

A despeito da riqueza de diretrizes e requisitos, não existe a previsão de que a empresa privada selecionada seja detentora de unidade fabril com produção regular já estabelecida no País. A ausência dessa orientação abre caminho para que uma instituição pública eleja um parceiro privado sem produção local, o que não nos parece razoável, exceto no caso de vacinas, em que não há produtores privados nacionais. Melhor estaria se o requisito estivesse presente e as parcerias relacionadas a vacinas estivesse ressalvada.

O estabelecimento de uma PDP deve passar por quatro fases, a saber: (i) a proposta de projeto; (ii) o projeto de PDP; (iii) o início efetivo da execução da PDP; e (iv) a conclusão da PDP com a internalização da tecnologia e sua efetiva transferência do parceiro privado ao parceiro público.

A PROPOSTA DE PROJETO

A proposta de PDP deve dar entrada (em papel) entre 1º de janeiro e 30 de abril, admitida a possibilidade excepcional (pelo Ministro de Estado) de entrada após esse período. Ausente na consulta pública, vale mencionar o desenvolvimento local do produto candidato, além do mecanismo tradicional da transferência de tecnologia. Essa inclusão enfatiza o desenvolvimento local e a verticalização nas PDPs.

Quanto à análise das propostas, são apresentados 15 critérios de mérito.

Outro aspecto enfatizado é o grau de integração produtiva embutida na proposta, que deve prever em prazos determinados a progressiva verticalização com a garantia do acesso, pelo laboratório público, do arquivo mestre do produto (no caso de rotas de síntese) ou do banco de células mestre (no caso de rotas biológicas).

Quanto ao processo de produção, merece registro a solicitação da especificação dos investimentos necessários (infraestrutura e equipamentos), bem como das despesas de todo o pessoal envolvido no projeto. Entretanto, é curioso observar que o registro dessas despesas não é previsto estar em jogo na definição posterior dos preços de aquisição do produto pelo SUS caso a PDP seja bem-sucedida. Essa dissintonia pode estar relacionada à diferença entre os componentes organizacionais envolvidos nas duas operações. Na análise do projeto, preponderantemente a SCTIE. No processo de aquisição, a Secretaria Executiva e as secretarias finalísticas (Atenção à Saúde e Vigilância em Saúde), com uma participação apenas técnica da SCTIE que é, afinal, a gestora principal da política.

Para a estimativa de preços futuros é elencado um conjunto de nove balizadores, a saber: (1) Banco de Preço em Saúde (BPS) e o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG); (2) preço praticado na última aquisição do produto pelo Ministério da Saúde, conforme extratos publicados no Diário Oficial da União; (3) Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS; (4) atas de registros de preços do sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal e os sistemas nacionais de informações de saúde do SUS, para os demais produtos de aquisição não centralizada; (5) Sistema de Acompanhamento de Mercado de Medicamentos (Sammed) da CMED; (6) Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (Somassus) do Ministério da Saúde; (7) Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas); (8) os preços definidos pela CMED, de acordo com a legislação vigente; (9) preços médios praticados no mercado internacional de países contemplados pela CMED. É lícito supor que a variação de preços entre tantas fontes termine por desorientar os técnicos que vão analisar os projetos.

Uma importante formalização na Portaria trata da avaliação e acompanhamento dos projetos, a cargo de Comissões Técnicas de Avaliação (CTA) e do Comitê Deliberativo, aquelas com um corte técnico e este com atribuições finalísticas e recursais. Essa formalização confere maior transparência e padronização ao processo

de definição das PDPs. Por outro lado, o número de critérios elencados está claramente inflacionado. São 15 critérios para análise e outros 15 para desempate. Na falta de uma hierarquização da importância de cada um deles, esse grande número de critérios pode dificultar o trabalho das CTAs.

A aprovação de um projeto de PDP deve ser coroada com a assinatura de um termo de compromisso entre o(s) laboratório(s) público(s) e o Ministério da Saúde e por um termo de concordância com o mesmo firmado pelo polo privado da parceria.

O PROJETO DE PDP

Essa fase versa apenas sobre as tratativas negociais entre os polos público e privado da PDP. A Portaria admite alterações da proposta de projeto constante no termo de compromisso assinado na etapa anterior, relativas ao cronograma, ao(s) parceiro(s) privado(s) e à(s) tecnologia(s) envolvidas. Essas propostas de alteração deverão ser encaminhadas pelo polo público e devem ser aprovadas pelas CTAs e pelo Comitê Deliberativo.

A Portaria determina ainda que o polo público da PDP deverá encaminhar relatórios trimestrais de progresso. Apesar da importância do acompanhamento, vale discutir a exigência de três relatórios por ano. Cem parcerias em andamento hoje gerarão 300 relatórios anuais, que se transformarão em 1500 no período médio de uma parceria. Haja técnicos para que sejam analisados e reuniões para aprová-los ou não.

A PDP PROPRIAMENTE DITA

De acordo com a Portaria, a PDP tem início com o primeiro fornecimento do produto ao Ministério da Saúde, havendo necessidade de demonstração do início da transferência de tecnologia do parceiro privado para o parceiro público. Nesta ocasião, o registro do produto poderá pertencer ao parceiro privado. A segunda compra, entretanto, ocorrerá apenas se o registro feito pelo parceiro público já estiver publicado. Este último registro deverá ter sido peticionado à Anvisa até 60 dias após a data da primeira compra. Por outro lado, a portaria atribui à Anvisa a obrigação de conceder registro (e pós-registros) no prazo de até 60 dias a contar da data do peticionamento. É louvável a imposição de prazos, mas cabe ponderar se isso terá eficácia no ambiente da agência.

Outro aspecto discutível é a disposição de, apenas nessa etapa, ser iniciado o processo de centralização da compra **após pactuação da Comissão Intergestores Tripartite**. Isto porque será criada uma situação de impasse caso a referida Comissão não esteja de

acordo com a centralização. O estatuto da pactuação é correto. O que talvez não seja é o momento indicado pela Portaria.

A principal restrição da ABIFINA ao texto da consulta pública original diz respeito ao dispositivo que trata da reanálise por parte do MS no momento da aquisição de produtos envolvidos em PDPs. Acreditamos que a eventual reanálise das condições de aquisição estabelecidas nos acordos originais da PDP criará um clima de insegurança jurídica que, por certo, prejudicará o estabelecimento de novas parcerias. Embora mantida na Portaria, foi atenuada a total independência entre os preços propostos e aprovados no projeto de PDP e o estabelecimento do preço no momento da aquisição. Essa atenuação está expressa, em primeiro lugar, na valorização dos aportes tecnológicos embutidos na PDP como um balizador de preço.

Na consulta pública, o impacto das despesas com a transferência de tecnologia no estabelecimento dos preços de aquisição era considerada uma possibilidade (“a variação de preço **poderá considerar** o aporte tecnológico associado à internalização da tecnologia ...”). Na Portaria, o impacto dessas despesas fica estabelecido como necessário – “... **considerarão** o aporte tecnológico associado à internalização da tecnologia ...”.

Em segundo lugar, a consulta pública previa que a proposta de preços de aquisição do produto constante da proposta inicial serviria “**apenas como referencial** para a definição do preço de aquisição a ser praticado pelo Ministério da Saúde”. A Portaria determina que a análise de preços referenciada na proposta de projeto da PDP **servirá como referencial** para definição do preço de aquisição a ser praticado pelo Ministério da Saúde.

Por outro lado, a Portaria prevê que a definição da economicidade e vantajosidade (sic) da compra devem ser analisadas tendo como referência as 10 bases de dados de preço que foram utilizadas na definição do preço no projeto de PDP.

Como um comentário final, mencione-se que uma política dessa complexidade incorpora uma quantidade de alternativas decisórias que não podem ser contempladas num documento. O que a Portaria pode oferecer são disposições gerais para desenvolver a política a partir de sua adesão às dimensões e desafios sintetizados no início deste texto. Restará sempre e em cada caso um amplo espaço decisório que dependerá, no Ministério da Saúde e demais órgãos públicos envolvidos, da vontade política, da competência técnica e, principalmente, da compreensão e aprovação daqueles desafios e dimensões por parte dos tomadores de decisão. 

PRODUÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS: O QUE PODEMOS ESPERAR COM OS AJUSTES NA ECONOMIA BRASILEIRA?

Gilberto Soares | Consultor de Biotecnologia da ABIFINA



Os novos titulares para o comando das principais áreas econômicas estão definidos, e as anunciadas medidas de ajustes da economia deverão ser tomadas muito rapidamente. Não tenhamos dúvidas de que elas irão atingir, em maior ou menor grau, vários setores de nossa economia, entre eles o que integra as empresas nacionais que atuam na cadeia produtiva de medicamentos para uso humano.

Para uma boa compreensão da importância dessas empresas e suas principais dificuldades, recomendo a leitura da revista FACTO, publicação oficial da ABIFINA, em seu número 40, e cujo conteúdo pode ser encontrado na Internet. O Editorial assinado pela Direção da entidade e o artigo cuja chamada encontra-se na capa (Insumos ativos e intermediários químicos: o elo frágil das cadeias de produtivas da química fina) podem, inclusive, servir como alertas nas análises de possíveis desdobramentos das medidas que serão tomadas e, se possível, com assessoramento de equipe do Ministério da Saúde, somada, idealmente, a membros que representam o setor produtivo no Gecis.

O primeiro dos sinais para as dificuldades que surgirão pode ser notado na rápida desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar. No período de 01/07/2014 a 15/12/2014, a variação (pelo valor de compra) foi de 21,90%, e espera-se que, nos primeiros meses do ano, o valor de venda da moeda americana possa estar entre

R\$ 2,70 e R\$ 2,75. As consequências para importadores de insumos críticos serão logo notadas, independentemente dos impactos em outros elementos de custos que compõem a cadeia produtiva de medicamentos. Vale lembrar que as empresas nacionais são fortemente dependentes dos denominados Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), a maioria produzidos no exterior e, para as poucas indústrias farmoquímicas nacionais, as dificuldades estarão na importação de intermediários químicos para a produção de, ainda poucos, IFAs.

A situação que nos parece também grave é a que certamente afetará o Ministério da Saúde, já que a importação de alguns tipos de medicamentos, necessários às muitas atividades de assistência farmacêutica no âmbito do SUS, são de sua responsabilidade, seja por compras centralizadas, ou apoiando as descentralizadas, subsidiando as realizadas por estados e municípios. Entre esses medicamentos, encontram-se, principalmente, alguns de última geração, denominados genericamente de biológicos, produzidos por modernos processos biotecnológicos e com alto valor unitário.

Também deve ser objeto de atenção o possível contingenciamento de recursos destinados à inovação nesses setores, o que contribuirá para aumentar nossa defasagem tecnológica, com perda de eventuais oportunidades para diminuirmos nossa dependência externa.

Por último, é importante que não ocorram retrocessos em políticas sociais que contribuam para a saúde da população, como as voltadas para as assistências farmacêutica e alimentar. 



A ABIFINA - VOCAÇÃO TÉCNICA E ATUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Claudia Dias de Oliveira | Gerente técnica e de Propriedade Intelectual da ABIFINA

A ABIFINA é uma entidade empresarial que apresenta grande diferencial quanto a instituições similares pela diversidade de setores envolvidos em sua representação – o complexo da química fina, que alia produtores privados e públicos – e também pela profundidade técnica com que aborda essa amplitude de temas e segmentos produtivos. Apesar de 2014 ter sido um ano turbulento, em meio à Copa e às eleições, foi um período recheado de assuntos relevantes, com importantes discussões técnicas conduzidas em todas as áreas representadas.

Ao completar 28 anos de existência em 2014, a ABIFINA lançou um novo site da entidade, com melhor navegabilidade, mais informações, serviços e uma área exclusiva para as empresas associadas. Outro destaque a mencionar foi a realização da quinta edição do Seminário sobre Inovação e Desenvolvimento (SIPID), no Rio de Janeiro, com o mote “Estado, Desenvolvimento e Inovação”.

Ainda este ano, a entidade foi privilegiada pela adesão de novos associados, entre eles, Iquego, FAP, Lafepe, Funed, Hygeia Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia, Newco Trials Pesquisa Científica, Hemobrás e IBMP.

Através de seus Comitês Especializados, e sob a orientação do Conselho Administrativo da ABIFINA, destacaram-se as seguintes ações conduzidas pela entidade em 2014:

No seu Comitê FARMO (farmoquímico e farmacêutico) foram debatidos importantes temas como intercambialidade de medicamentos, logística reversa, priorização de análise de petições de registro de medicamentos e sistema nacional de controle de medicamentos. Foi ainda amplamente debatido o novo marco regulatório das Parcerias para o Desenvolvimento

Produtivo (PDPs), recentemente apresentado pelo Ministro da Saúde, Arthur Chioro, que altera as diretrizes e os critérios para a definição da lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e, para o estabelecimento das PDPs.

Nesse âmbito, a Gerência Técnica da ABIFINA ainda contribuiu em diversas Consultas Públicas da Anvisa, debatendo e propondo ações em: critérios para a priorização da análise técnica de petições de registro, pós-registro, anuência prévia em pesquisa clínica de medicamentos, procedimento simplificado de solicitações de registro, pós-registro e renovação de registro de medicamentos, intercambialidade de medicamentos similares com o medicamento de referência, liberação paramétrica, terceirização, prazo para cumprimento de exigências técnicas e arquivamento temporário de petições, produção em área compartilhada, Monografias Farmacopeicas, certificação de Boas Práticas em Biodisponibilidade e Bioequivalência, métodos microbiológicos alternativos e guia para obtenção do perfil de degradação, identificação e qualificação de produtos de degradação.

Muitas resoluções foram discutidas pela ABIFINA com a Anvisa, como inclusão e retificação de Denominações Comuns Brasileiras, descontinuação de fabricação ou importação de medicamentos, definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor, critérios para peticionamento de autorizações de empresas, registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos, procedimento simplificado de solicitações de registro, pós-registro e renovação de registro de medicamentos, priorização da análise técnica de petições de registro, pós-registro e anuência prévia em pesquisa clínica de medicamentos e produtos biológicos, pontuação dos critérios para a priorização da análise técnica de petições, lista de fármacos candidatos à bioisenção, Certificação de Boas Práticas para estudos de Biodisponibilidade/Bioequivalência, roteiro de inspeção nos centros, intercambialidade de medicamentos,

nomes dos medicamentos, critérios para a concessão e renovação do registro de medicamentos e vinculação do registro do medicamento ao protocolo de Documento Informativo de Preço na CMED/Anvisa.

A Gerência Técnica também participou ativamente das Reuniões da Diretoria Colegiada da Anvisa e de sua Conferência Internacional de Insumos Farmacêuticos Ativos, além de discussões sobre a Rede Nacional de Métodos Alternativos.

No Comitê BIO, foi debatido extensamente o PL de acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios, inclusive com apresentações no Congresso Nacional e no Canal Saúde (Fiocruz). Diversas contribuições da ABIFINA foram incluídas no PL, entre elas, o cadastro em vez de autorização, a repartição de benefícios apenas para o produto final, a possibilidade de repartição de benefícios não monetária, o entendimento do conceito de desenvolvimento tecnológico, a exclusão do termo bioprospecção e a isenção para a pesquisa. Alguns pontos ainda estão sendo analisados e discutidos pela entidade, que continuará contribuindo para que o substitutivo seja aprovado e publicado da melhor forma possível.

Nesse contexto, a ABIFINA também realizou diversas reuniões com os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e Ibama, tendo participado de importantes eventos como: “Medicamentos fitoterápicos - Novas normas no Brasil e cenário atual na Europa”; “Biotecnologia aplicada à saúde”; “Estudos não-clínicos para desenvolvimento de fitoterápicos”; IX Fórum Internacional de Medicamentos Fitoterápicos; e 1ª Roda de Conversa da RedesFito. Em sua sede, foram realizados debates sobre o mercado de medicamentos biológicos, biotecnologia e inovação a partir da biodiversidade.

No Comitê AGRO, a Gerência Técnica participou de reuniões envolvendo governo, BNDES e associadas, para propor uma agenda de ações na área de defensivos agrícolas. Essa agenda vem sendo proposta pela ABIFINA às diversas agências do governo federal, contando com o suporte do BNDES e do setor produtivo nacional. Participou do ciclo de “Treinamento de instrução e preparação de documentação para registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins”, para treinamentos em registro no Ibama, Anvisa e Mapa, além de ter participado de eventos como o II Workshop Agricultura e Polinizadores, o seminário “Diálogos setoriais sobre o controle e regulação de agrotóxicos e biocidas” e reuniões da CTIA, Mapa e Ibama.

No Comitê de Propriedade Intelectual, a Gerência Técnica organizou debates com autoridades públicas e de expressão internacional sobre relevantes temas de propriedade intelectual como a situação atual da anuência prévia da Anvisa e os pedidos não anuídos e não publicados pelo INPI, ações estratégicas para a priorização de pedidos e diminuição do backlog INPI/Anvisa, propriedade intelectual de produtos e processos farmacêuticos prioritários para a saúde, a portaria

que altera a competência para análise da anuência prévia para a concessão de patentes de produtos e processos farmacêuticos (que passa a ser da Superintendência de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa), o projeto de lei que pretende permitir o registro de patentes de substâncias e de materiais biológicos obtidos, extraídos ou isolados da natureza e o exame de patentes nos EUA após o caso Myriad-Mayo.

Através de seu Grupo de Apoio Jurídico, a ABIFINA deu entrada no STJ em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o parágrafo único do art. 40 da Lei 9279/96, matéria que vem causando inúmeros problemas às empresas nacionais e que já contava com pareceres de eminentes juristas, inclusive no âmbito do Judiciário, sobre a inconstitucionalidade desse dispositivo colocado na lei brasileira.

Na área de comércio exterior, a Gerência Técnica participou da Reunião Preparatória para o Diálogo Comercial Mdic-DOC, encaminhou suas contribuições à secretaria da Câmara de Comércio Exterior quanto à consulta pública instaurada sobre a retaliação do contencioso “Estados Unidos da América – Subsídios ao Algodão”, participou do Seminário Antidumping e Interesse Público, das 23ª e 24ª edições do Seminário de Operações de Comércio Exterior, e do Encontro Nacional de Comércio Exterior 2014.

Na área de capacitação de recursos humanos, a Gerência Técnica vem realizando cursos e oficinas na sede da ABIFINA para empresas e instituições nacionais, no escopo do Projeto de Capacitação para as Empresas da ABIFINA, aprovado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Assim também foram realizadas oficinas na sede das empresas e instituições EMS, Aché, Cristália, Biolab, ENSP/Fiocruz, Farmanguinhos, Bio-Manguinhos, sobre os temas “Learn by doing e Learn by research”, “Ferramentas para Inovação: Técnica de Brainstorming aplicada à indústria e ICTs”, “Técnicas de questionamentos de suposições para inovação” e “Técnica de Scamper aplicada à indústria e NITs”, “Prospecção Tecnológica de Documentos de Patentes e Documentação Científica”, “Redação de Patentes – teórico e prático”, “Gestão Integrada do Conhecimento: suas interfaces para o incremento e a sustentação da Inovação”, e “Valoração de Tecnologias”.

Em temas e segmentos industriais novos, a Gerência Técnica da ABIFINA vem participando de importantes discussões, com algumas ações já realizadas, como o encontro com a Divisão de Farmacêuticos do Mapa para tratar dos requisitos para obtenção de registro de Medicamentos Veterinários e a participação em reuniões sobre nanotecnologia e cosméticos com agências do governo federal e entidades parceiras. Em 2015, a Gerência Técnica deve iniciar trabalho enfocando outros temas e segmentos industriais de interesse dos associados, como biocosméticos, alimentos funcionais, saúde animal e nanotecnologia.

(*) Gerente técnica da ABIFINA



MATÉRIA POLÍTICA

SEM INOVAÇÃO NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL

A confirmação dos prognósticos de déficit da balança comercial brasileira soou como um sinal de alarme nos gabinetes do Planalto e deverá provocar mudanças na condução da política econômica. Segundo o economista e professor Antonio Corrêa de Lacerda, “a perda de dinamismo do nosso crescimento econômico suscita o debate sobre a necessidade premente do aumento dos investimentos e da ampliação do valor agregado local”. Ele recorda que o crescimento do PIB foi de apenas 1,5% ao ano, na média de 2011 a 2014, menos da metade do observado no período 2003-2010, que manteve a média anual de 4%.

“Recuperar a capacidade de investir é pré-requisito para um crescimento mais robusto e continuado”, afirma Lacerda. “O salto no consumo, muitas vezes derivado de políticas de incentivo governamental, como desoneração tributária, redução de juros, ampliação do crédito, entre outras, não foi aproveitado para a expansão industrial. Não que a indústria brasileira não dispusesse de capacidade produtiva. Pelo contrário, ao longo do período citado a ociosidade média industrial girou em torno de 20%, de acordo com os dados registrados pelo Nível de Utilização da Capacidade Industrial (NUCI) da CNI”.

Essa fragilidade tem levado alguns analistas econômicos a menosprezar, em comentários na imprensa, a importância da indústria no desenvolvimento econômico nacional. Nada mais equivocado. O diretor de Competitividade da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), engenheiro Mario Bernardini, ressalta que “nos últimos 200 anos não há exemplo de sucesso de país desenvolvido que não tenha sido baseado na indústria. Além disso, nenhum país de grande extensão territorial ou, principalmente, com grande população, vive de serviços”.

Política industrial é importante mas precisa estar inserida num ambiente favorável ao desenvolvimento produtivo, argumenta Bernardini. “É necessário estabilidade econômica, ou seja, regras claras com inflação sob controle; juros civilizados, e não os juros de agiota praticados no Brasil, e uma política cambial que não subsidie a importação. Há 20 anos, desde o

Plano Real, a moeda brasileira está apreciada, o que é muito bom para fazer compras em Miami mas é um desastre para a indústria”.

O mito de que o setor terciário poderia, por si só, gerar desenvolvimento sustentável cai por terra diante dos exemplos citados pelo diretor da Abimaq. “A indústria responde por 50% da demanda de serviços de transporte, 40% do consumo dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica, e mais de 30% dos serviços financeiros. Ou seja, essa estória de que estamos numa economia pós-industrial é coisa de quem ouviu o galo cantar e não sabe onde. A indústria é o setor mais fortemente demandante de serviços, de engenharia, de software, comida, transporte de pessoal, educação especializada etc”.

A ideia de que o Brasil protege excessivamente seu mercado interno, difundida por uma parte da mídia, segundo Bernardini também carece de fundamento. “O Brasil tem um fluxo de comércio sobre o PIB de 15%, enquanto a média dos países é de 25 a 30% e alguns atingem 50 a 60%. Como se pode afirmar, frente a um parâmetro objetivo como este, que o Brasil é fechado? Países continentais relativamente autossuficientes, como os Estados Unidos, têm fluxo de comércio menor que o do Brasil, e nem por isso são considerados fechados. Outro ponto: as exportações e importações brasileiras somam cerca de US\$ 500 bilhões. Dividindo-se este valor pelo PIB calculado em dólar temos R\$ 4 trilhões. Se o dólar estiver a R\$ 1 o fluxo será de 10%; se estiver a R\$ 2 será de 15%, e se estiver a R\$ 3 teremos 30%. Então, com o câmbio a R\$ 3, ninguém diria que o Brasil é um país fechado”.

O setor químico é estratégico para a alavancagem da indústria. “Não há no mundo país desenvolvido sem uma indústria química forte”, afirma Pedro Wongtschowski, membro do Conselho de Administração da Ultrapar. “A estagnação da produção química brasileira tem causas conhecidas: o alto custo de capital, da energia e das matérias-primas, a oneração do investimento e da exportação e as dificuldades logísticas são os principais fatores”.

A indústria farmacêutica instalada no País tem recebido tratamento prioritário por parte do governo, em virtude de sua relevância para a saúde pública. Em novembro último, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 2.531/2014, com o objetivo de dotar as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) de um marco regulatório que privilegie a transparência e a eficiência na gestão, por meio de regras claras e melhor definição das responsabilidades dos parceiros. O programa de PDP na área da saúde é um dos mais bem-sucedidos da política industrial brasileira nos últimos dez anos, e por isso pode se tornar um modelo para outros setores da indústria.

Porém, diante da persistência de um ambiente adverso herdado da política neoliberal dos anos 1990, caracterizado principalmente pela falta de isonomia tributária e regulatória em prejuízo da produção local, muitos dos seus potenciais benefícios têm sido neutralizados. Nesta reportagem, exe-

cutivos e especialistas das esferas pública e privada discutem os entraves à competitividade, as causas da escassa geração de inovações tecnológicas nesse setor industrial e possíveis saídas para superar a defasagem.

PDP: AVANÇOS MODESTOS NUM AMBIENTE ADVERSO

Desde o início da última década, o Brasil evoluiu da escolha simplista entre ter ou não ter uma política industrial para a discussão de quais mecanismos podem compor uma política economicamente sustentável no longo prazo. O sentimento geral entre os entrevistados é o de que os inegáveis avanços da política vigente, consubstanciados nas PDPs do setor farmacêutico, ainda pesam menos na balança do que os entraves macroeconômicos e burocráticos, além das notórias distorções de ordem regulatória e fiscal.

“A PERDA DE DINAMISMO DO NOSSO CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSCITA O DEBATE SOBRE A NECESSIDADE PREMENTE DO AUMENTO DOS INVESTIMENTOS E DA AMPLIAÇÃO DO VALOR AGREGADO LOCAL”

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

Como afirma Marcio Falci, assessor da Presidência Científica da Biolab, “até o momento a política industrial brasileira não teve êxito: a produção diminuiu, a participação da indústria no PIB caiu, perdemos valor agregado no âmbito mundial e nas exportações de manufaturados. A competitividade industrial é declinante, uma vez que os principais desafios não foram enfrentados, tais como os elevados custos sistêmicos: tributação elevada e complexa, portanto muito onerosa; infraestrutura carente em tudo que envolve o sistema logístico de distribuição; moeda valorizada por longo tempo; custos crescentes de salários e outros custos que levaram a um retrocesso de produtividade. De 1995 a 2002 a produtividade da indústria cresceu a uma média anual de 3,2%, e de 2002 a 2009 decresceu em média 1,7% ao ano. Hoje esse quadro deve ser pior”.

Por outro lado, no contexto geral da indústria, os setores farmacêutico e farmoquímico destacaram-se positivamente, apesar dos déficits ainda crescentes nas respectivas balanças comerciais. “Não podemos deixar de reconhecer os avanços no nosso setor em razão das PDPs”, pondera Falci. A concessão de crédito, tanto via BNDES quanto via Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), melhorou muito em relação ao passado, tanto em quantidade e qualidade quanto no

incentivo à inovação. O setor, também em decorrência das compras governamentais, tem apresentado um crescimento importante. “A criação das PDPs tem proporcionado uma melhor interação entre o governo e nossa indústria, visando racionalizar o poder de compra do Estado, reduzir os custos de aquisição do SUS e viabilizar a fabricação nacional de produtos inovadores essenciais à saúde pública. Infelizmente, essas melhorias não foram ainda sentidas em relação à área regulatória e na diminuição da burocracia em geral”.

A Hemobrás é um dos laboratórios públicos que avançaram no cumprimento de sua missão com o apoio de parceiros privados. Seu presidente, Romulo Maciel Filho afirma que, de forma geral, “a PDP tem proporcionado maior disponibilidade de medicamentos de primeira geração aos pacientes de hemofilia A, com redução de custos para o Ministério da Saúde, além de incorporação pelo País de tecnologia de ponta nessa área”.

“NOS ÚLTIMOS 200 ANOS NÃO HÁ EXEMPLO DE SUCESSO DE PAÍS DESENVOLVIDO QUE NÃO TENHA SIDO BASEADO NA INDÚSTRIA”

MARIO BERNARDINI

Na avaliação do diretor da Abimaq, a margem de preferência de até 25% que permite ao Estado oferecer melhores condições de preço aos produtores nacionais ainda é muito restrita em relação às necessidades da indústria. “A margem de preferência só se aplica em compras públicas e ainda assim pelo governo federal. Por enquanto, não é mandatória. É uma sugestão, que não foi regulamentada ao ponto de se tornar obrigatória. O efeito é muito pequeno, portanto. Espero que esse mecanismo seja estendido às compras públicas dos governos estaduais, das prefeituras e das autarquias. Por exemplo, o sistema Sesi-Senai não é obrigado a ter conteúdo nacional, nem margem de preferência”. Não é demais lembrar, complementa Bernardini, que os produtos asiáticos são mais baratos que os do resto do mundo “numa escala que vai de 30 a 50%. Quando consideramos somente produtos de consumo, os 25% da margem de preferência podem não ser suficientes”.

O diretor do Instituto Butantan, Jorge Kalil, entende que objetivos puramente econômicos não devem prevalecer sobre os objetivos sociais na concepção de uma política industrial para a área da saúde. “A política que deu origem às PDPs é de suma importância, desde que direcionada aos problemas de saúde pública mais do que a problemas econômicos. O fato é que a biotecnologia aplicada à área da saúde tem despertado grande interesse, não apenas de cientistas, mas da indústria, de investidores privados e também dos gestores públicos dos países emergentes, estes últimos preocupados com o impacto negativo dos produtos importados na balança comercial. Mas quais são as garantias de que uma política de

PDP não seja temporária? Ou seja, que após a internalização de todas as tecnologias nós passemos de meros copiadores a inovadores? A resposta é simples: a política será realmente importante para o complexo industrial quando for além de seu viés econômico, ou seja, promotora de real inovação para o País. Isto só acontecerá quando passar a ser uma política de Estado, e não de governos”.

O chefe do Departamento de Produtos para Saúde do BNDES, Pedro Palmeira, compartilha a tese da relevância da inovação tecnológica como base da política industrial e a convicção de que somente um status de “política de Estado” teria o poder de consolidar esse viés. Ele chama atenção para a complexidade da tarefa de articular metas econômicas de curto prazo com objetivos de longo prazo. “Numa perspectiva ampla, acredito que a política industrial deva estar no centro da estratégia de desenvolvimento do País. Isto significa que a política macroeconômica deve criar um ambiente propício ao investimento, em especial aquele de maior risco. Infelizmente, o Brasil tem apresentado uma dificuldade enorme de conciliação dessas duas agendas”.

Na visão de Palmeira, o principal objetivo da nossa política industrial deve ser o de “alterar a estrutura do tecido industrial brasileiro em direção a atividades de maior valor agregado, tecnologia e inovação. Para isso, é necessário fazer escolhas e priorizar segmentos e oportunidades tecnológicas nas quais há possibilidade de inserção competitiva do País. É importante ressaltar também que resultados robustos de política industrial exigem tempo e resiliência, o que significa que a política industrial não deve ser subjugada por objetivos de curto prazo. Para contornar essa dificuldade do nosso sistema político, a política industrial deve ter uma instância de coordenação executiva forte e independente, que oriente os diferentes órgãos públicos na busca dos objetivos comuns de longo prazo”.

Tomando-se a inovação tecnológica como norte e o setor saúde como exemplo, fica fácil compreender por que os diversos instrumentos de política industrial precisam ser utilizados de forma articulada. Segundo Palmeira, “o sucesso de uma política industrial voltada para as indústrias relacionadas à saúde passa, necessariamente, pela formulação e implementação de instrumentos eficazes em três principais variáveis de política pública: o financiamento, a regulação e a utilização do poder de compra público. A variável do financiamento deve ser entendida aqui não na ótica do ‘balcão’, mas como aquele financiamento que induz, orienta e estrutura comportamentos empresariais alinhados com uma visão de trajetória industrial comprometida com o interesse maior de toda a sociedade. Na mesma linha de raciocínio, a regulação sanitária, que não pode se afastar nunca de seu papel primordial de garantir a segurança dos produtos de saúde registrados e comercializados no País, não deve executá-lo de forma desconectada de uma política de desenvolvimento industrial”.

Uma integração entre essas variáveis por meio das PDPs pode, na opinião de Palmeira, permitir que diferentes objetivos possam ser atingidos. “Entre eles, destaco a redução de custos de aquisição para o SUS por meio da produção

local de insumos estratégicos e a ampliação do conteúdo tecnológico da produção local, induzida pela contrapartida de transferência de tecnologia para a empresa brasileira e o laboratório público”.

Embora a visão do executivo do BNDES corresponda às diretrizes básicas do programa de PDPs, parece que não tem havido consenso ou firmeza por parte dos atores públicos no momento de pôr em prática essas diretrizes. Ogari Pacheco, presidente da ABIFINA e do laboratório Cristália, confessasse confuso diante da atuação do governo. “Em determinados momentos foi dito que estava mantido o eixo central da política, mas noutras ocasiões se disse que não, que a produção de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) não seria mais imprescindível. Espero que a política mantenha os pontos cardeais que a inspiraram – internalização do conhecimento e produção local de IFAs de forma verticalizada”.

INOVAÇÃO: PROCESSO CONTÍNUO E DE LONGO PRAZO

Em todos os setores industriais a inovação tecnológica tem o poder de introduzir diferenciais de competitividade. Na indústria química, entretanto, ela é um fator crucial, segundo Pedro Wongtschowski. “O desenvolvimento de novos processos, a contínua redução no consumo unitário de matérias-primas e utilidades e o acompanhamento de mudanças constantes por parte dos consumidores fazem parte da rotina dessa indústria. No caso da química fina, a redução de impurezas e de potenciais contaminantes é um requisito fundamental, que decorre da dinâmica da inovação associada ao conhecimento preciso dos mecanismos de reação”.

A substituição da síntese química convencional por processos biotecnológicos na química fina traz ainda uma dificuldade adicional às políticas públicas de apoio à inovação. Para Jorge Kalil, “qualquer política de incorporação biotecnológica à área da saúde pública desvinculada de uma política educacional que a acompanhe, ou mesmo que a anteceda – pois a formação de pessoas é algo demorado – simplesmente não funcionará no longo prazo. Quem realiza as políticas desenhadas são as pessoas, que, particularmente neste caso, devem ser extremamente capacitadas”.

Na visão do diretor do Butantan, vários fatores explicam por que o Brasil não traduz de maneira mais eficiente sua produção científica e tecnológica em inovação. “Acredito que um deles é o arcabouço montado para a realização de pesquisa de alta densidade tecnológica no País. Por exemplo, segundo o Ministério da Saúde temos 27 laboratórios públicos oficiais para pesquisa e produção de insumos farmacêuticos e biológicos, mas não chegam a meia dúzia aqueles que conseguem realizar pesquisa de ponta, e um número ainda menor chega a converter resultados de pesquisa em produtos para o benefício da sociedade”.

Para converter C&T em inovação, esclarece Kalil, as instituições brasileiras precisariam ser “desamarradas”. Um bom começo, em sua opinião, seria a convergência de um esforço nacional para inovação – “em outras palavras, um trabalho multidisciplinar e conjunto entre universidades, institutos de pesquisa e empresas, envolvendo consultorias, uso compartilhado dos laboratórios e projetos em parceria. O mais importante é cada ator manter seu foco nesse processo de convergência, num contexto muitas vezes desfavorável”.

No entanto, antes é preciso motivar esses diferentes atores para o trabalho conjunto. Para Antonio Corrêa de Lacerda, “existe ainda uma espécie de preconceito mútuo entre o setor privado e a área acadêmica, na medida em que ambos tendem a considerar o outro um ‘ser do outro mundo’. As empresas muitas vezes têm a visão de que a academia faz pesquisa deslocada do seu dia a dia. Na academia prevalece a visão de que não se deve misturar as coisas. Na verdade, trata-se evidentemente de iniciativas complementares, sendo a pesquisa básica o DNA da universidade e a inovação e aplicabilidade o DNA das empresas. Daí a oportunidade e premência de se criarem institutos mistos, que aproximem as duas vertentes com o apoio das políticas públicas. Da mesma forma, a legislação precisa flexibilizar os incentivos, pois muitas vezes o pesquisador está impedido de exercer atividades remuneradas fora da academia, o que evidentemente limita a sua ação”.

“ESPERO QUE A POLÍTICA INDUSTRIAL PARA A SAÚDE MANTENHA OS PONTOS CARDEAIS QUE A INSPIRARAM – INTERNALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E PRODUÇÃO LOCAL DE IFAs DE FORMA VERTICALIZADA”

OGARI PACHECO

O economista e professor Ronaldo Fiani concorda que o marco legal para o trabalho de pesquisadores do setor público na iniciativa privada pode melhorar, embora já tenha havido avanços. O problema maior, segundo ele, é de outra natureza. “Hoje a maior parte dos setores de tecnologia de ponta gera inovações fora do Brasil. Empresas estrangeiras fazem o seu P&D de fronteira nos países onde têm suas sedes, e não em países onde têm filiais. Filiais fazem P&D somente para adaptar seus produtos e tecnologias às características locais e para absorver conhecimento local que possa ser útil. Não há marco legal para pesquisadores universitários em empresas que resolva este problema. A questão é fortalecer a empresa nacional em setores de tecnologia de ponta, e aí sim fazer a ligação com pesquisadores acadêmicos”.

No momento de se passar da teoria à prática, a questão do desenvolvimento tecnológico conectado à produção industrial gera, inevitavelmente, algumas tensões. Uma delas é a fixação do preço a ser pago pelos produtos desenvolvidos por parceiros privados nas PDPs. Na opinião de Ogari Pacheco, este é um ponto sensível que não está devidamente esclarecido. “Entendo que, de um lado, o preço tem que ser suficientemente baixo para proporcionar um aumento do acesso da população ao medicamento. Porém, é preciso lembrar que não se trata apenas da entrega de um comprimido, de um xarope, de uma ampola. Há conteúdo tecnológico transferido para um ente público, o que significa que o produto é diferenciado. Seria injusto comparar o preço de um produto de PDP com um genérico, não só porque este é feito com insumos importados de países que querem dominar o mercado exportando a preços muito baixos, mas também porque o medicamento genérico não envolve nenhuma transferência de tecnologia”.

“A SOCIEDADE GANHA COM A PRODUÇÃO LOCAL, NA MEDIDA EM QUE PODE TER MAIOR CONTROLE SOBRE A ORIGEM DO PRODUTO E FÁCIL ACESSO AO FABRICANTE, QUANDO NECESSÁRIO”

GABRIEL GOMES

Segundo Pedro Palmeira, a questão é complexa. “Se por um lado o Estado tem o dever de ampliar o acesso da população a produtos de saúde, e neste assunto o preço é uma variável-chave, por outro lado é o preço de aquisição que viabiliza a estruturação de projetos de PDPs. O equilíbrio econômico-financeiro desses projetos garantirá a internalização de tecnologias de processos e produtos estratégicos para o SUS, contribuindo, em última análise, para a redução de sua vulnerabilidade. Uma possível forma de equacionar a questão seria precificar o custo da transferência de tecnologia, que permaneceria constante, segregando-o do preço de produção e comercialização, que poderia oscilar levando em conta variáveis de mercado”.

Para o diretor do Instituto Butantan, na medida em que a PDP garante ao laboratório privado vencedor da concorrência acesso exclusivo ao mercado público brasileiro, é natural que, em contrapartida, o preço se baseie em referências internacionais. “A reclamação que se ouve por parte dos empresários é que o preço do produto praticado internacionalmente não reflete o adicional ‘ensino e tecnologia’. O governo rebate dizendo que a garantia exclusiva de um dos maiores mercados do mundo por até dez anos, segundo a nova resolução anunciada em 12 de novembro último, cobre os custos desses fatores. Quem tem razão? Em minha opinião, ambos. A composição de preços de um produto objeto de uma PDP deveria levar em consideração outros dois fatores: o cálculo

do grau de absorção nacional da tecnologia ao longo dos anos, isto é, a redução do preço do produto paralelamente à sua produção no País, seja por um laboratório público ou por uma empresa privada nacional; e o cálculo do ‘fator ou grau de manutenção da inovação do produto’ ao longo dos anos”.

A Hemobrás considera-se bem-sucedida na administração dessa questão. Romulo Maciel conta que foi estruturado “um modelo de preço capaz de cobrir todos os nossos custos administrativos, financeiros e operacionais de forma a permitir o maior acesso possível aos pacientes de hemofilia. Além de o preço inicial ser substancialmente menor que os praticados no mercado, inclusive em processos licitatórios efetuados, a Hemobrás comprometeu-se a repassar ao Ministério da Saúde todos os descontos previstos em nosso contrato com o detentor da tecnologia, garantindo de forma sustentável maior volume de medicamentos a um custo bem menor”.

Outro item indispensável para viabilizar o desenvolvimento tecnológico na área da saúde é a disponibilidade de financiamento em condições competitivas. Apesar dos indiscutíveis avanços conquistados nessa área, na avaliação do diretor do Butantan o financiamento em P&D no Brasil ainda é insuficiente. “Foram criados instrumentos e programas com este objetivo, mas o viés de tais programas é mais voltado à pesquisa do que à inovação de fato. As políticas para Ciência, Tecnologia e Inovação ficaram engessadas, atrasadas e altamente burocratizadas, travando o desenvolvimento de uma nova era, de um novo mercado, que presenciamos nesta década e que vivenciaremos nos anos vindouros”.

Pedro Palmeira enxerga a questão do financiamento à inovação como um processo evolutivo. “Para exemplificar, tomo o financiamento de longo prazo subsidiado para atividades inovadoras concedido pelo BNDES para as indústrias relacionadas à saúde. As condições e os objetivos do Profarma vêm evoluindo ao longo do tempo, no sentido de propor novos desafios à indústria alinhados com sua trajetória e sua característica intensiva em tecnologia. De maneira geral, acredito na eficácia do financiamento ‘paciente’, de longo prazo, que induza a indústria a evoluir dentro de suas possibilidades”.

TARIFAS E REGULAÇÃO: BARREIRAS INVERTIDAS

Países industrializados ou em vias de industrialização costumam lançar mão, em suas relações comerciais, de instrumentos que funcionem como obstáculos à entrada de produtos estrangeiros concorrentes, driblando, sempre que possível, as regras antiprotecionistas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Além de mecanismos tarifários, no caso da química fina é muito comum a aplicação de restrições sanitárias, também conhecidas como “barreiras técnicas”. Lamentavelmente o Brasil não tem mostrado desenvoltura no manejo desses instrumentos, talvez pela inércia decorrente de quase duas décadas de um neoliberalismo econômico que liquidou parte da indústria nacional.

Martim Francisco de Oliveira e Silva, engenheiro do Departamento de Indústria Química do BNDES, reconhece que o sistema tarifário de comércio exterior está defasado em alguns aspectos. “A Tarifa Externa Comum foi estabelecida há alguns anos e, ao longo do tempo, algumas questões podem ter sido deixadas de lado. Matérias-primas que eram fabricadas localmente deixaram de ser, e tarifas de importação de produtos foram reduzidas por questões de segurança do abastecimento, o que pode ter criado distorções tais como o imposto de importação de um produto acabado se tornar inferior ao imposto de importação da matéria-prima utilizada para produzi-lo. Isto descaracteriza o princípio da escalada tributária, segundo o qual o imposto de importação deve ser progressivo à medida que uma cadeia de produção avança e adiciona valor dentro do País. Seria positivo fazer algumas revisões nesse sistema tarifário, ao menos para restabelecer o princípio da escalada tributária”.

Norival Bonamichi, sócio-fundador da Ourofino, concorda com a visão do engenheiro do BNDES e defende que os produtos agroquímicos mais elaborados deveriam ter maior tributo de importação do que suas matérias-primas. “Esta é uma ação de alta relevância para o setor de defensivos agrícolas, pois hoje há uma inversão de valores. Este é um claro desincentivo à indústria nacional e uma afronta à balança comercial brasileira, uma vez que o déficit do setor já supera US\$ 7 bilhões, sendo um dos mais elevados de toda a indústria química brasileira”, analisa.

Outro problema é a falta de isonomia regulatória entre o produto fabricado localmente e o importado. No segmento agroquímico, que, ao contrário da indústria farmacêutica, não conta com mecanismos de política industrial que lhe favoreçam, essa injustiça regulatória está corroendo a base da cadeia produtiva, com consequências imprevisíveis para o abastecimento de defensivos à produção agrícola do País. Pesam nesse quadro as fiscalizações da Anvisa, que são feitas com o devido rigor nos fabricantes nacionais de defensivos agrícolas, enquanto o mesmo padrão não se aplica aos produtos importados. “Como a produção é no exterior, fica praticamente impossível a Anvisa verificar se o produto está sendo fabricado exatamente dentro das normas no que diz respeito à origem do ingrediente ativo, adjuvantes, surfactantes e todos os demais componentes da formulação. Enquanto isso, a produção brasileira segue rigorosamente todos os padrões estabelecidos”, ressalta Bonamichi.

Solucionar as disparidades no tratamento entre o produto nacional e o estrangeiro, tanto no campo tarifário como no normativo, será o caminho para o setor agroquímico se reerguer, a exemplo da indústria de medicamentos, na qual “o Brasil era totalmente refém da produção externa e os preços eram um pesadelo para o povo brasileiro”, como lembra Bonamichi. “Hoje a história é outra e o que se vê é uma indústria nacional forte, que gera tecnologia, empregos e tributos locais e uma competição de preços que trouxe benefícios a todos. Esperamos que esta mesma política seja implementada no setor de defensivos”.

Para Gabriel Gomes, chefe do Departamento de Indústria Química do BNDES, “o Brasil é um mercado muito grande,

atraente, e muitas empresas querem vender seus defensivos aqui. Deveria ser dado incentivo para a produção local, assim como existe no segmento de medicamentos, em que os produtos mais importantes para as políticas públicas têm alguma prioridade na questão do registro”.

Um bom exemplo é o da Hemobrás, que teve aprovados pela Anvisa os registros do Hemo-8r e de quatro outros produtos obtidos a partir da transferência de tecnologia de um parceiro privado. Romulo Maciel afirma que as normas foram aplicadas integralmente e de maneira isonômica. Mas esta não é a regra geral para a indústria farmacêutica local. Segundo Marcio Falci, falta isonomia na ação da Anvisa “tanto no que diz respeito ao processo relacionado à aprovação de ensaios clínicos quando o parâmetro tempo é relevante, quanto no peso da burocracia estabelecida por legisladores de escritório. É preciso que nas normatizações se possa contar com facilitadores para a indústria encurtar seus tempos de desenvolvimento e registro, sem deixar de ser exigente com a eficácia, segurança e qualidade dos produtos”.

Gabriel Gomes arrisca uma explicação simples para o problema da falta de isonomia regulatória - “é mais fácil fiscalizar uma empresa que está aqui” -, e propõe que as políticas públicas na área da saúde valorizem mais este parâmetro de qualidade. “A sociedade ganha com a produção local, na medida em que pode ter maior controle sobre a origem do produto e fácil acesso ao fabricante, quando necessário”.

Para Romulo Maciel, o modelo da PDP mostrou-se valioso como instrumento indutor de maior autonomia nacional no âmbito do Complexo Industrial da Saúde. “A partir dos direcionamentos do novo marco regulatório, a Hemobrás estudará, a partir de diretrizes, orientações e avaliações integradas com o Ministério da Saúde, a possibilidade de novas parcerias”.

Na visão de Pedro Palmeira, do BNDES, o novo marco deverá trazer maior segurança jurídica e processual para todos os envolvidos. Mas, como oportunamente adverte Jorge Kalil, é fundamental rever a atividade regulatória como um todo, o que envolve não apenas a Anvisa como também o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e a Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). “Estas organizações muitas vezes tropeçam nos seus processos burocráticos e no nível de qualificação de seus especialistas para discutirem assuntos específicos do setor e relacionados a detalhes ainda mais específicos de uma instituição, acabando, por vezes, por priorizar o dito ‘protocolo’ em detrimento da discussão técnica especializada de alto nível. Isto acontece em toda a cadeia de P&D, tanto para a aprovação de um produto e/ou estudo clínico, quanto durante o processo de importação de um insumo, ou mesmo no licenciamento de uma patente. Estamos engessados e ‘burrocratizados”.





UM VETO SEM SENTIDO

Denis Borges Barbosa | Advogado e consultor jurídico da ABIFINA

O uso do poder de compra do Estado brasileiro para incentivar a geração e disseminação de tecnologia vem sendo, faz algum tempo, um dos instrumentos mais importantes para a inovação. Pelo volume de recursos envolvidos, e pela possibilidade de centrar o foco da ação estatal em propósitos específicos, a compra pública em muito supera a eficácia de outros instrumentos para o mesmo fim, como a propriedade intelectual, o financiamento à inovação, as subvenções públicas e a articulação entre ICTs e empresas que resulta das Leis de Inovação.

Um dos meios mais vigorosos da compra pública tem sido a chamada Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), no âmbito do Ministério da Saúde. Instituída inicialmente através de atos administrativos de terceiro ou quarto nível hierárquico, as PDPs acabaram ganhando uma existência pragmática que em muito supera sua natureza formal.

Uma série de iniciativas dotadas de coerência histórica e institucional levou à formulação das PDPs:

i) pela Política Nacional de Medicamentos (Portaria MS nº 3.916/1998), foi determinado, desde 1998, que o Estado brasileiro cuidasse da propagação das tecnologias relativas à produção de medicamentos, especialmente os essenciais (diretriz 3.5);

ii) pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Resolução nº 338/2004 do Conselho Nacional de

Saúde), um dos objetivos principais da ação pública no setor seria o desenvolvimento industrial e tecnológico (artigo 1º, II), com ênfase na habilitação e incremento da atuação dos laboratórios públicos (artigo 2º, VI);

iii) pela Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria MS nº 687/2006), um dos objetivos do Ministério passou a ser a cooperação na área da saúde (item XII);

iv) pelo Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo da Saúde (Portaria MS nº 374/2008), se priorizou a revitalização dos laboratórios públicos (artigo 2º), com o consequente incremento da produção interna de produtos para a saúde de substancial relevância para o Sistema Único de Saúde (artigo 3º, I “a” e II “a”);

v) pelo Programa Nacional para Qualificação, Produção e Inovação em Equipamentos e Materiais de uso em Saúde no Complexo Industrial da Saúde (Portaria MS nº 375/2008), os Laboratórios Públicos foram indicados como os meios de promover a “redução da defasagem tecnológica existente e o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do País” (artigo 2º);

vi) pela Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde (Portaria MS nº 2.690/2009), se enfatizou a incorporação de processos tecnológicos nos serviços de saúde (artigo 3º, I); e

vii) pelo Plano Brasil Maior (Decreto nº 7.540/2011), foi intensificado o “esforço tecnológico e de inovação das empresas nacionais”.

viii) Em abril do ano de 2012, foi editada a Portaria MS nº 837/2012 com a previsão das “diretrizes e os critérios para o estabelecimento das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)”, i.e., dos contratos de transferência de tecnologia de produtos estratégicos para a seara da saúde e conforme necessidade do SUS.

ix) Em dezembro de 2012, a Lei nº 8.666/1993 foi modificada, com a inclusão de um novo inciso (o XXXII) no artigo 24, prevendo uma forma de contratar com dispensa de licitação para as aquisições de tecnologia de produtos estratégicos, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

x) Finalmente, em 12 de novembro de 2014, foi assinada pelo ministro Arthur Chioro a Portaria nº 2.531, que deu ampla normatização às PDPs.

Em suma, o caminho que levou às PDPs supera em tempo e em lógica os governos mais recentes e suas linhas políticas ocasionais. Tem todo o cunho e vestimenta de uma política de Estado, que merece perpetuação e desenvolvimento.

Com todo esse pano de fundo e com a menção específica na Lei 8.666/2013, as PDPs atingiram um nível mínimo de legitimação institucional que lhes permita a manutenção como um instrumento de política pública de inovação e, especificamente, de inovação em saúde.

No plano doutrinário, as PDPs também já foram objeto de análise jurídica, em REGINA, Sergio (Org.), Parcerias Público-Privadas de Medicamentos (PDPs), Editora Fórum, 2013. A nossa análise em particular (A geração de tecnologia de fármacos e medicamentos através de mecanismos de compra estatal voltada a desenvolvimento de alternativas), que é parte desse livro, pode ser encontrada em http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/economia/geracao_tecnologia_farmacos.pdf.

É claro que uma iniciativa complexa e com intensa criatividade exigirá, tão logo quanto possível, uma normatização dedicada ao nível de lei ordinária. Esse é um objetivo que todo formulador de políticas públicas de inovação em saúde não pode deixar de perseguir. Neste sentido, a mais detalhada Portaria nº 2.531, de 2014, representa um *blue print* de um projeto legislativo – e como qualquer projeto básico, merece ser posto à prova para correção de seus múltiplos pontos sensíveis e defeitos.

Mas um aspecto que se mostrava relevantíssimo a curto prazo é o do *funding* das iniciativas de PDPs. Ao contrário do que ocorre já há muito com as Parcerias Público-Privadas, não há um instrumento legal que permita às participantes privadas das PDPs utilizarem a

antecipação das receitas dos respectivos contratos como garantia para obtenção de financiamentos.

Assim é que, por meio de proposta legislativa inserta no projeto de conversão da Medida Provisória 651, segundo proposta do deputado Lima Neto, foi aprovado pelo Congresso Nacional o seguinte dispositivo, que emendaria a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004:

Art. 8º [...] Parágrafo Único - O regime de garantias previsto pelo Art. 8º e incisos da Lei no 11.079, de 30 de dezembro de 2004, aplica-se às contratações em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição destes produtos durante as etapas de aquisição tecnológica.

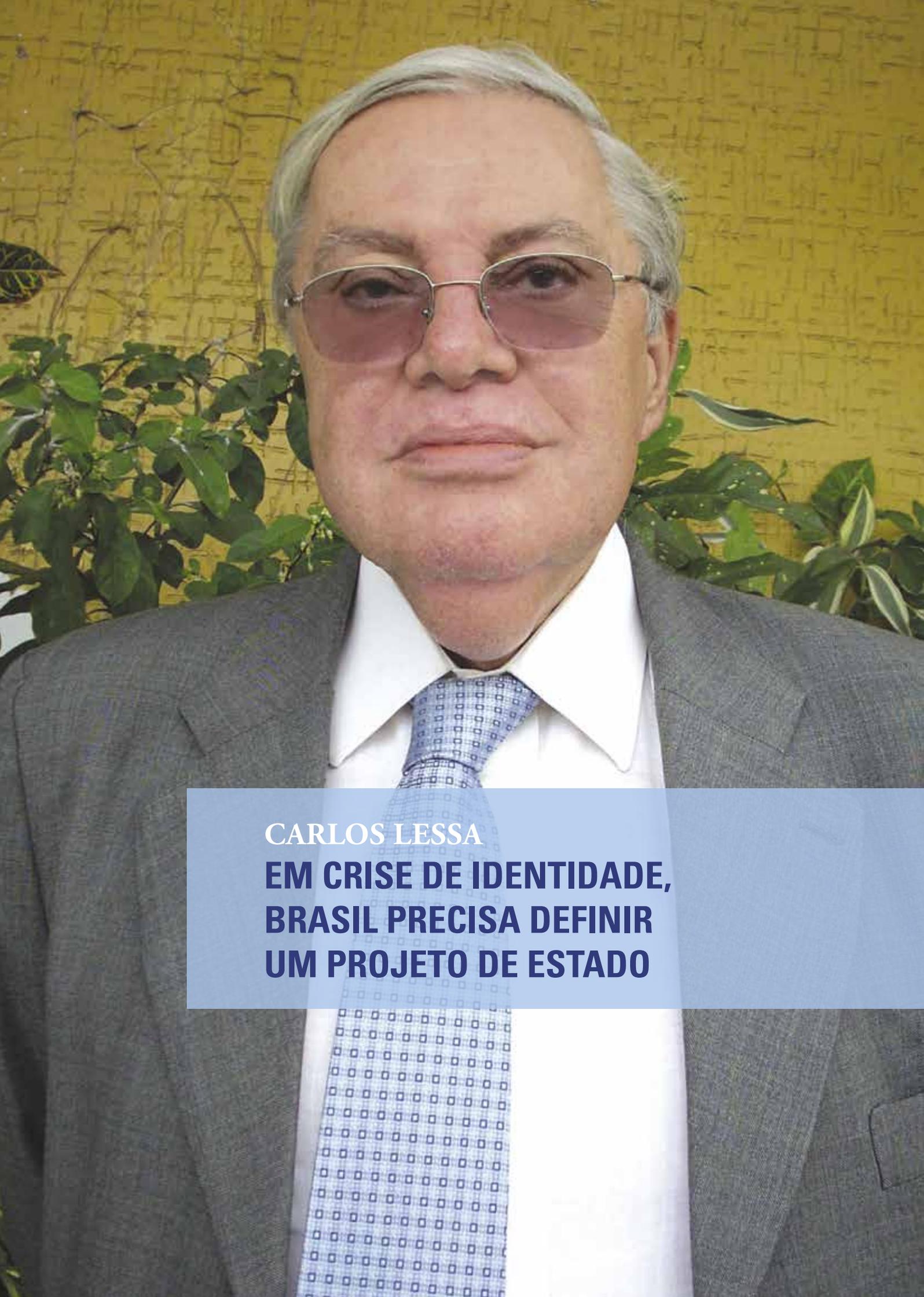
Assim, aplicar-se-ia às PDPs o regime de garantias de recebíveis (e outras) previstas na Lei de Parcerias Público-Privadas. A conversão se deu através da Lei Ordinária nº 13.043/2014, publicada no DOU no dia 14/11/2014, na página 3, coluna 1; mas o dispositivo sobre PDPs foi vetado pela Presidente da República.

“O dispositivo ampliaria hipóteses de vinculação de receitas da União. Além disso, oneraria o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, destinando seus recursos para finalidades diversas daquelas que motivaram sua constituição”.

Tecnicamente, o que se disse é que, sem aumento do Fundo Garantidor, o suprimento de garantia superaria a relação atuarial anterior; mas o fluxo de recursos do Fundo depende, em análise última, do Orçamento da União a cada exercício. Assim, a lei de diretrizes orçamentárias e o Orçamento poderiam resolver qualquer problema atuarial. Da alegação tecnocrática, se revela a falta de vontade política ou de atenção para uma das mais significativas atuações do poder público federal.

Em outras palavras, os órgãos de planejamento da União não entenderam que os objetivos das PDPs, a inovação em saúde, entre outros fins ainda mais relevantes, estivessem no mesmo nível das outras parcerias públicas. Obras e serviços de engenharia estarão, aparentemente, em maior prestígio do que a vida e dignidade humana. A saúde financeira estática prevaleceria sobre os interesses cruciais do homem brasileiro.

É claro que não é essa a consciência do Poder Público Federal. A falta de sentido do veto merece correção pelos meios que a Constituição reserva às correções de erros e omissões do Estado Brasileiro. 



CARLOS LESSA

**EM CRISE DE IDENTIDADE,
BRASIL PRECISA DEFINIR
UM PROJETO DE ESTADO**

Carlos Lessa, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), vivenciou distintos momentos do País enquanto economista, professor, intelectual e cidadão brasileiro. É dessas diferentes perspectivas que ele conversa com a *FACTO* sobre o que falta para o Brasil ter um projeto de Estado que atravesse governos e pavimente o caminho para o desenvolvimento de longo prazo. Para ele, o Brasil precisa, antes de tudo, discutir o que quer para o futuro e ultrapassar um complexo momento de desconstrução da identidade nacional.

Falta ao Brasil um projeto estratégico de nação?

Nós não temos claro qual é o futuro que desejamos. Logo, não é possível formular com clareza qualquer política de longo prazo. Em todo o século XX, até 1980, era absolutamente claro na imaginação brasileira que o Brasil só chegaria a ser uma sociedade adequada, justa, se levasse para frente o desenvolvimento industrial. A industrialização era tida como uma diretiva para o País. Em 1980, a industrialização foi sendo progressivamente demonizada, como um movimento incapaz de dar ao Brasil condições razoáveis de vida.

Isso desenvolveu outro discurso: o Brasil só poderia chegar a seu futuro pelo processo de globalização. A palavra indústria foi perdendo espaço até na mídia. A expressão “desenvolvimento industrial” foi praticamente cancelada do vocabulário corrente. E o Brasil foi caminhando de maneira intensa, nos anos 90, em afirmar que só pela globalização poderia se tornar uma sociedade adequada.

E então aconteceu uma coisa que nunca vi em toda minha vida. Quando nasci o Brasil era uma sociedade cafeeira. Em 1980, já era a sétima economia industrial do mundo. Hoje pode ser a 12ª ou 13ª. Nunca imaginei ver o Brasil retroceder desta maneira. Cadeias produtivas complexas passaram a apresentar lacunas progressivas e crescentes. Houve um processo de desindustrialização, que foi acompanhado por um sucesso nas exportações de matérias-primas e produtos primários.

A partir dos anos 2000, o Brasil teve bom desempenho na exportação de minério de ferro, soja, algodão, açúcar, café, ou seja, voltamos a ser fornecedor de produtos básicos para o mundo e perdemos espaço em produtos industriais. Ao mesmo tempo, a indústria que existia no País foi sendo mutilada, perdendo posição em relação à economia global.

O que falta para o Brasil reverter esse movimento é uma política industrial?

Esta é a primeira pergunta que deveríamos fazer: é possível aumentar o mercado interno brasileiro sem levar à frente significativamente a industrialização? Estou absolutamente convencido de que não há como elevar o padrão de vida brasileiro de forma a reduzir as distâncias sociais sem desenvolvimento industrial intenso.

A segunda pergunta relevante: é possível levar a industrialização para o futuro sem ampliar a disponibilidade de energia para o brasileiro? O Brasil tem disponibilidade de energia inferior a um sexto dos países ditos centrais. Mas nem um projeto nacional, nem sequer a questão da energia foram discutidos nas eleições. O Brasil não estava em pauta. Não o Brasil de amanhã.

Qual seria o principal indicador de desenvolvimento do mercado interno?

Tenho certeza de que, se fosse feita uma pesquisa, os brasileiros elegeriam como principal índice de desenvolvimento a casa própria. Estamos colocando a casa própria como objetivo central de desenvolvimento econômico e social? Não. No lugar, estamos colocando a aquisição de bens duráveis: geladeira, televisão etc. Estes são os setores para os quais foi direcionada a política econômica.

Temos sérios problemas ligados à qualidade de vida. A população leva quase duas horas de deslocamento entre o trabalho e a residência. Quando você gasta isso, está jogando fora oito horas que seriam disponíveis para cuidados pessoais, sociais e da família. Ao mesmo tempo, em quanto cresceu a produção automobilística? Foi espetacular o crescimento. Mas em quanto cresceu o tempo de deslocamento das pessoas? Eu ousaria dizer que, em qualquer região metropolitana, um quinto da existência é gasto nisso. É a desapropriação da qualidade de vida.

Da mesma forma, o Brasil virou celeiro do mundo. Somos o maior exportador de soja, café, açúcar, milho. Porém, está eliminada a fome do Brasil?

O senhor quer dizer que a política industrial precisa dar conta desses contrassensos?

O que quero dizer é que não há debate sobre o processo brasileiro. Onde está o projeto de nação? Aliás, não se usa mais essa palavra. A crise de identidade é tão grande que, após o debate eleitoral, se chegou a falar em separação do País. Se eu for um empresário, vou ampliar minhas instalações? É natural que a confiança empresarial esteja caindo, pois parte da mesma dúvida: para onde vamos? O que queremos para nossos filhos e netos? São perguntas que não fazemos. Apesar de vermos um debate político intenso, não avançamos nessas questões. A pergunta é com que país sonhamos e que caminhos seguiremos. Não penso em nada sem a industrialização.

O que impede essa reflexão no Brasil?

O Brasil entrou em um processo em que não discutimos na profundidade necessária. Acabamos com o governo militar, mas não discutimos porque o Brasil foi autoritário. Avançamos e fizemos uma Constituição, para depois criarmos mais de 70 emendas. Temos um regime que não é parlamentar nem presidencialista.

“EM 1980, A INDUSTRIALIZAÇÃO FOI SENDO DEMONIZADA, COMO UM MOVIMENTO INCAPAZ DE DAR AO BRASIL CONDIÇÕES RAZOÁVEIS DE VIDA. ISSO DESENVOLVEU OUTRO DISCURSO: O BRASIL SÓ PODERIA CHEGAR A SEU FUTURO PELO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO. EXPORTAR ERA A SOLUÇÃO. A PALAVRA INDÚSTRIA FOI PERDENDO ESPAÇO ATÉ NA MÍDIA”

Aperfeiçoamos a democracia, mas não discutimos a ideia do Brasil. A corrupção é vista como mal irreparável ou falha no sistema democrático. E, com isso, vem a tendência pequena, mas visível, de um pedido da volta dos militares. Essa leitura traz a ideia de que não temos condições de ter um projeto para mudar de rumo.

O brasileiro construiu sua identidade contando qualidades: o brasileiro não tem preconceito – agora é racista; o brasileiro é amável – agora é violento; o brasileiro é cordial – agora não sabe conviver. Estamos desconstruindo nossa imagem. E o que vem no lugar? O povo brasileiro passa por um processo complexo e precisa refletir para onde quer ir.

O governo nacionalista de Getúlio Vargas deixa lições para hoje?

Acredito que sim. As ideias industrializantes para o País surgiram daí. Digo que o governo Vargas foi de 1930 a 1980. Ele permaneceu como projeto por 50 anos, um período de grande desenvolvimento econômico e social.

Por que os resultados alcançados pelo Brasil ainda são tão distantes dos demais países do BRICS?

China, Índia e Rússia buscam manter posição na Eurásia e têm projetos nacionais claramente definidos. A Índia está isolada, mas existe um imenso esforço para construir uma identidade nacional, tanto que é enorme a indústria cinematográfica. Além disso, a Índia tem tido posição mais defensiva das próprias tecnologias.

A China quer criar uma esfera de prosperidade na Ásia. A Rússia quer servir de ponte entre a Europa e a Ásia. O projeto de infraestrutura mais importante do mundo é a modernização da ferrovia Transiberiana, que consagra a relação euroasiática. A frente de expansão atual é para a Europa, pois não se expande mais para os EUA. Quem se propõe a isso é a Rússia.

O Brasil, por sua vez, navega no eixo Atlântico Sul. O pré-sal brasileiro junto com o petróleo na África forma a maior reserva do mundo. Mas fazemos pouca articulação com a África. Além disso, tenho dúvida se conseguimos acertar a relação com Argentina e, com a América andina, menos ainda.

Como vê o surgimento da China no cenário internacional?

Ela está se desdobrando, combinando características das derrotas sofridas no século XIX da Inglaterra e XX do Japão e EUA. A China aprendeu com derrotas. Copia a visão da Inglaterra de usar a periferia do mundo para pegar matérias-primas. O que faz com a África... Soube que empresas chinesas não contratam mão de obra nem para lavar roupa. Trazem empresas de lá. A atitude chinesa reproduz padrões históricos ingleses. Outra estratégia é manter a relação firme com os EUA e pegar novos espaços para eles. Os chineses estão apoiando o projeto da Transiberiana. E ao mesmo tempo propõem articular uma ferrovia de Buenos Aires a Acapulco, onde pegam recursos naturais da Argentina e do Chile. No Brasil, compram imensas terras para soja. É estranho como o Brasil deixa isso acontecer.

Qual deveria ser o papel geopolítico do Brasil nas Américas?

O Brasil deveria começar a ajudar os pequenos países da América do Sul. Não podemos fazer política agressiva contra Paraguai, Uruguai, Bolívia. Devemos encontrar ações de cooperação para reduzir assimetrias. Os irmãos sul-americanos nos veem como gigante. Devemos ser um gigante bondoso.

“A CHINA MOSTRA QUE A ECONOMIA DE MERCADO DEVE SE SUBMETER A UMA ORIENTAÇÃO DE LONGO PRAZO EXECUTADA PELO ESTADO”

Somos neutros?

O que você acha dos bolivianos com trabalho escravo, sem documento? E os haitianos? Em termos relativos, o Brasil está melhor. Mas ainda somos olhados com enorme suspeita de que o Brasil é um império e se comporta de forma imperialista.

A China poderia ser um modelo de desenvolvimento para os formuladores de políticas públicas no Brasil?

O que ela mostra é que a economia de mercado deve se submeter a uma orientação de longo prazo executada pelo Estado. A economia se desenvolve a partir de um grande guarda-chuva que é o projeto do Estado chinês, parecido com o que fazia Vargas. Porém, a história chinesa é diferente da brasileira.





Da esquerda para a direita: Odilon Costa, Nelson Brasil, Carlos Morel, Carlos Gadelha, Pedro Palmeira, Telma Salles, Reinaldo Guimarães e Ogari Pacheco.



Seminário Estado,
Desenvolvimento
e Inovação

V SIPID APROXIMA INDÚSTRIA E GOVERNO PARA DISCUTIR AGENDA DA INOVAÇÃO

Foi em clima de congraçamento que a ABIFINA recebeu os principais agentes públicos e privados dos setores farmoquímico, farmacêutico e biotecnológico no dia 25 de novembro, na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). A entidade promoveu a quinta edição do Seminário Inovação e Desenvolvimento (Sipid), visando buscar novas formas de relacionamento entre a indústria e o Estado, com vistas à inovação e ao desenvolvimento. O rico debate levantou ainda questões sobre o cenário atual na política e na economia, sobre os obstáculos da indústria e os avanços já conquistados, além de ter apontado caminhos para fortalecer o setor.

Unidos pelos objetivos de promover o amplo acesso da população à saúde e estimular a inovação tecnológica e o desenvolvimento nacional, os participantes expuseram diferentes pontos de vista e contribuíram para formar um quadro vasto sobre demandas e oportunidades para a indústria ali representada. O V Sipid apontou a discussão que deverá permear as políticas em saúde do novo governo, eleito em outubro.

Entre as principais preocupações, está a necessária estabilidade nas regras para que o empresariado possa planejar investimentos. Uma política de Estado, em contraposição a iniciativas restritas a governos ou gestões ministeriais, foi uma bandeira que perpassou os discursos e intervenções. Esse, disseram os participantes, é o ponto de partida para a atuação da iniciativa privada e ponto de honra para os gestores públicos.

Na abertura, Marcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor da Unicamp, traçou um histórico da situação política e econômica do Brasil com ênfase em desenvolvimento e inovação. Mais tarde, foram discutidos os desafios e as formas de intervenção do Estado nas políticas de inovação produtiva em saúde no Brasil.

Pochmann, economista que proferiu a palestra de abertura do evento, ressaltou que as polarizações vistas no campo político são resultado do processo de amadurecimento da democracia brasileira. Para ele, a inovação, ainda que conviva com diferentes concepções, é tema consensual que independe do governo de plantão. O desafio, ressaltou o estudioso, é superar o consenso retórico e partir para um esforço prático mais adequado às políticas governamentais.



Marcio Pochmann

PANORAMA ATUAL PRECISA DE TRANSFORMAÇÕES

Um cenário otimista tem levado a indústria farmacêutica a crescer fortemente a cada ano. Um indicador dessa expansão, como debatido no Sipid, é o peso do setor no Produto Interno Bruto (PIB). A atividade econômica da saúde representava 8,4% do PIB em 2010 e alcançou 10,2% do total ano passado, segundo a Confederação Nacional da Saúde divulgou este ano. O crescimento se explica pelos investimentos e ainda pelo momento demográfico e a transição epidemiológica. O Brasil está chegando ao ápice de uma curva que vai mudar a distribuição da pirâmide populacional. O envelhecimento, para a indústria farmacêutica, farmoquímica e biotecnológica, será uma janela de oportunidade. O crescimento da demanda, segundo estima-se, poderá ser duradouro e maior do que o da China. O Brasil, que já foi o nono maior mercado consumidor de produtos e serviços relacionados à saúde, chegou à sexta posição e caminha a passos largos para o quarto lugar, previsto para ser alcançado em 2018.

No entanto, apesar do setor industrial da saúde como um todo estar crescendo, o movimento ainda não alcançou os produtores de insumos farmacêuticos ativos brasileiros. E o motivo, sugerem as lideranças da indústria nacional, é a falta de clareza e segurança para investir mais e a ausência – até recentemente – de uma política de compras públicas que levasse em conta a indústria brasileira. A análise se confirma na balança comercial. O Brasil importa hoje quase 98% dos insumos farmacêuticos ativos que consome. Os fornecedores asiáticos são os concorrentes mais fortes. Entre as importações, 48% vêm da China e 30% da Índia. Com tanta encomenda no exterior, ano passado a balança comercial da saúde ficou deficitária em US\$ 11 bilhões.

Para reverter o quadro, falta o governo oferecer um alicerce firme para que a indústria construa o Brasil que todos esperam, como exortou o 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil de Oliveira. Um dos fundadores da ABIFINA, ele descreveu o histórico da entidade para lembrar que o modelo asiático de desenvolvimento inovador com produção local apta a competir internacionalmente é o exemplo a ser seguido. Após o *boom* nos anos 80, em que a substituição de importações levou a indústria a florescer, o baque

da década seguinte, com a entrada abrupta de competidores estrangeiros sem que houvesse qualquer compensação, reserva de mercado ou período de adaptação, desnordeou toda a economia brasileira. Mais de mil projetos foram cancelados na década de 90 em função de abertura comercial.

“A DIFERENÇA ENTRE AS ESCOLHAS BRASILEIRAS E DOS PAÍSES ASIÁTICOS FOI O PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO. PENSANDO NUMA ESTRATÉGIA PARA OS 20 ANOS SEGUINTE, A COREIA DO SUL E A CHINA SE FIRMARAM COMO GRANDES COMPETIDORES MUNDIAIS, COISA QUE NÃO OCORREU COM O BRASIL”

NELSON BRASIL



“Naquela época, dizia-se que a melhor política industrial é não ter política industrial”, lamentou. Foi só a mudança de orientação do governo federal, a partir de 2003, que abriu espaço para a criação de uma política na qual o setor de fármacos e medicamentos se destaca como estratégico para o País. “Houve um renascimento das indústrias farmacêutica e farmoquímica brasileiras, depois de serem quase destruídas. Há hoje uma visão de que o Estado tem papel decisivo para seu fortalecimento em termos globais”, explicou Carlos Gadelha, secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

O diálogo amplo resultou, este ano, na nova regulamentação das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), levada à frente pelo Ministério da Saúde junto com o setor privado. Elogiada, a regra pode se tornar a locomotiva do crescimento das indústrias farmacêutica, farmoquímica e biotecnológica brasileiras. Mas, para os empresários, ainda ronda o fantasma da instabilidade. A diferença entre as escolhas brasileiras e dos países asiáticos, reforçou Nelson Brasil, foi o planejamento de longo prazo. Pensando numa estratégia para os 20 anos seguintes, Coreia do Sul e China se firmaram como grandes competidores mundiais.

“Se não há hoje investimentos como se espera é porque falta clareza na manutenção das regras no longo prazo. Vamos buscar então um planejamento do Estado ao estilo asiático, mantendo as regras, fazendo pequenas correções de rumo e não mudando a cada dia”, defendeu o vice-presidente da ABIFINA.

Na visão de Julio César Maciel Ramundo, diretor das áreas Industrial, de Capital Empreendedor e de Mercado de Capitais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a política de longo prazo já se consolida no Brasil. Ele situou os primórdios da norma de hoje nos debates iniciados em 2005. O Complexo da Saúde, indicou Ramundo, por sua importância social e econômica e pelo forte componente de inovação tecnológica, é central na estratégia de desenvolvimento do País. O apoio se reflete no aumento dos desembolsos do BNDES nessa área, que saíram de cerca de R\$ 400 milhões, em meados da década de 2000, para R\$ 5 bilhões em mais de 100 operações ao longo de 12 meses, até outubro de 2014.

O foco do banco atualmente é na área de biotecnologia voltada para a saúde. “Estamos longe de onde gostaríamos de estar, mas há articulação dos atores e resultados. Esta centralidade do setor é importante porque está intimamente ligada aos compromissos sociais do Brasil”, arremata o economista.

“ESPERAR DO ESTADO PAPEL MERAMENTE REGULADOR SIGNIFICA PROJETAR UM FUTURO INCERTO E POUCO PROMISSOR”

IGNACIO DELGADO



No entanto, para Reginaldo Braga Arcuri, presidente do Grupo Farmabrazil, outros entraves precisam ser superados, em especial na regulação. Ele descreveu a falta de entrosamento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e outros reguladores. “O desafio é ter uma Anvisa cada vez mais eficiente e cumprindo duplo papel, de regu-

ladora e garantidora da segurança e eficácia de fármacos e medicamentos, mas sempre coordenada de forma transparente, objetiva e republicana com as políticas industriais. É um desafio para os próximos meses destravar o setor”, conclamou.

Questões como logística reversa, rastreabilidade e testes de degradação foram classificadas por ele como “pequenas coisas que são essenciais” ao processo de decisão de investimento nas indústrias. A ideia é que as normas não devem favorecer o mercado produtor importador em detrimento do produto nacional. “As questões regulatórias são baratas para o governo, dependem apenas de decisão política e de coordenação intragovernamental, mas podem significar uma enorme chance de ter um novo setor da indústria brasileira de classe mundial”, disse.



“SE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL SE CONSOLIDAR E SE APROFUNDAR NO BRASIL, A DEMANDA E O GASTO EM SAÚDE VÃO SE ELEVAR”

CARLOS GADELHA

Já Gadelha elogiou o compromisso da agência reguladora de, sem abrir mão da proteção sanitária, assumir o campo da inovação e ter um papel importante na propriedade intelectual que esteja a serviço da saúde pública, com diálogo cooperativo e convergente.

DEBATE SOBRE O PAPEL DO ESTADO

O crescimento da indústria de medicamentos também decorre do forte e crescente investimento público. Inscrito na Constituição Federal, o acesso universal à saúde transforma as compras feitas pelo governo em um poderoso instrumento de promoção do desenvolvimento econômico. Em 2010, foram investidos na compra de medicamentos R\$ 6,9 bilhões. Para este ano, a previsão é de chegar a R\$ 12,4 bilhões.



Discurso de Ogarí Pacheco na mesa de abertura.

“E (o orçamento) vai crescer porque a demanda advém do movimento demográfico. Se o Estado de bem-estar social se consolidar e se aprofundar, a demanda e o gasto, inclusive público, em saúde vão se elevar”, antecipa Carlos Gadelha, secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

Mas esse imenso mercado que alimenta o Sistema Único de Saúde está, majoritariamente, nas mãos de empresas que não possuem produção local, algo que precisa ser mudado para otimizar seu potencial como indutor da produção e da tecnologia nacionais. “A gestão do SUS proporciona aos gestores públicos uma robusta ferramenta para garantir o mercado e estimular a pesquisa. A compra governamental deve ser reforçada e ampliada como instrumento de estímulo à transferência de tecnologia e/ou desenvolvimento do conjunto das inovações”, argumentou Isaac Plachta, vice-presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro, do Sistema Firjan. Para ele, a ação do sistema público de saúde deve transcender os aspectos regulatórios para induzir a articulação entre a academia, laboratórios públicos e empresas privadas.

“No nosso mercado interno, há espaço para as compras privadas e compras públicas de medicamentos”, defendeu Ogarí de Castro Pacheco, presidente da ABIFINA, sustentando ainda que o poder de compra do Estado deve ser usado de maneira firme para estimular a internalização do conhecimento e a produção local. Para as indústrias, advoga ele, o governo precisa oferecer previsibilidade.

“Esperar do Estado papel meramente regulador e que o segmento nacional da indústria concorra no mercado com as multinacionais sem essa articulação privilegiada significa projetar um futuro incerto e pouco promissor”, reforça Ignacio Delgado, pesquisador do Instituto de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Carlos Gadelha acrescentou que a conciliação entre o poder de compra governamental, o financiamento e o desenvolvimento tecnológico é algo totalmente inovador em termos de governança do Estado. A estratégia, segundo ele, está ligada à opção pelo eixo da ciência, tecnologia e inovação como central para a política pública de saúde.

O principal motor do desenvolvimento do setor no último ano têm sido as PDPs, que ganharam um marco regulatório em setembro, após consultas públicas. Para Ogarí de Castro Pacheco, o espaço de construção da norma não foi amplo o suficiente e ainda há pontos nebulosos. Entre eles, o mais crucial para a associação que preside: o emprego de insumos farmacêuticos ativos produzidos no Brasil, em detrimento dos importados. Pacheco destacou em sua intervenção que ainda há barreiras para empresas que produzem o próprio fármaco, além do medicamento, em uma linha de produção verticalizada.

A esse respeito, Gadelha, do Ministério da Saúde, informou que o critério de avaliação das propostas de PDPs inclui a procedência do insumo, priorizando a matéria-prima desenvolvida internamente. O secretário, que é economista e foi pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ainda diferenciou as PDPs do modelo de Parceria Público-Privada (PPP), que ele taxou de terceirização de serviços públicos. “Nosso modelo é de desenvolvimento tecnológico e inovação compartilhados, para ter transferência tecnológica com sustentabilidade a longo prazo”, sintetizou

PESQUISADORES CONTRIBUÍRAM PARA DEFINIÇÃO DE NOVOS PAPÉIS

O V Sipid contou com oito oradores em duas mesas de debate. Foram discutidas formas de intervenção do Estado nas políticas de inovação produtiva e desafios para a inovação produtiva em saúde no Brasil. Falando sobre o

Complexo Industrial da Saúde e o acesso a medicamentos, o 2º vice-presidente da ABIFINA, Reinaldo Guimarães, destacou que o Estado deve ir além do papel de “corredor de falhas de mercado”, como ele classificou.

A solução, afirmou, é sustentar um papel ativo na promoção do desenvolvimento, organizando o mercado em três vertentes. No âmbito da ciência e tecnologia, apoiando a investigação; no financiamento do sistema de saúde e, por fim, no papel tradicional de regulador. Ele traçou a trajetória da indústria farmacêutica nos últimos anos, dando destaque à política de genéricos, à inclusão social e ao aumento real do salário mínimo. Para o pesquisador, o mercado foi estimulado ainda pela reorganização do sistema de assistência farmacêutica do SUS, com as Farmácias Populares e a distribuição gratuita de medicamentos pelo programa “Saúde não tem preço”.

Elogiando a política de PDPs, Guimarães listou cinco desafios para as parcerias - as 104 atualmente em vigor, segundo ele, e as futuras. “O primeiro é maximizar a taxa de sucesso mediante a efetiva entrega dos produtos. Em segundo lugar, maximizar a apropriação das tecnologias envolvidas, seja por desenvolvimento local ou por transferência. Terceiro, verticalizar os processos produtivos internalizados no País. Em quarto lugar, garantir a eficácia e segurança dos produtos”. O quinto ponto, sublinhou, é a manutenção pactuada de uma trajetória de preços decrescente, mas que garanta a sustentabilidade da política. “Para ampliar o acesso às parcerias, o decréscimo (de preço dos produtos) não pode comprometer o interesse das empresas privadas em participar, nem a sustentabilidade da política”, ressaltou.



Ronaldo Fiani

Ronaldo Fiani, professor de Economia da UFRJ, argumentou por um modelo ainda inédito no Brasil - um centro estratégico que coordene os agentes envolvidos no processo de inovação e defina prioridades com independência. Ele defendeu que os fortes investimentos materiais e humanos necessários para inovar nas empresas farmacêuticas e farmacêuticas não se encaixam no conceito habitual de mercado e que um modelo híbrido de contratação é urgente.

Em sua proposta, cada participante do arranjo institucional manteria a autonomia e teria sua recompensa individual, mas parte do poder de decisão seria compartilhado. A alternativa é o forte risco de depreciação dos ativos e a elevação no nível de incerteza que caracteriza intrinsecamente a inovação. “O Estado tem posição privilegiada para articular empresas no esforço de inovação porque pode garantir controles e avaliar desempenho dos agentes”, afirmou.



“A EXACERBAÇÃO DO USO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL É UMA DIFICULDADE PARA A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO, QUE É O PRINCIPAL INSUMO DA INOVAÇÃO”

LIA HASENCLEVER

Na comparação do Brasil com outros quatro países, o pesquisador Ignacio Delgado ressaltou, principalmente, o caso chinês. Após dismantelar seu sistema de saúde e de proteção social em meio às reformas econômicas na década de 1990, a criação de um planejamento de longo prazo permitiu ao país elevar o gasto público com saúde de 38% em 2000 - menos que o Brasil - para 54% em 2010. “Isso foi feito com vários programas de longo prazo: inovação em drogas chaves, consórcio com empresas privadas e estatais, universidades, muita compra pública e muito investimento público”, descreveu. Nesse período, os chineses se tornaram o segundo país que mais registra patentes em produtos farmacêuticos, atrás dos Estados Unidos.

Debatendo justamente a contribuição do sistema de propriedade intelectual à inovação farmacêutico-farmacêutica, a pesquisadora Lia Hasenclever, do Instituto de Economia da UFRJ, assinalou que o setor deve evitar tratar a propriedade intelectual como contra-estímulo à inovação. “A exacerbção de seu uso é uma dificuldade para a circulação do conhecimento, que é o principal insumo da inovação”, disse. Ela tratou ainda da falta de condições, nas uni-

versidades, para cumprir a regulamentação, que determina o contato próximo com as empresas e incentiva fortemente o patenteamento sem garantir recursos para o processo.

Lia questionou ainda a proteção de dados de testes pela autoridade sanitária, assunto polêmico, que pode prejudicar a competição - empresas discordam na Justiça da forma como a Anvisa lida com os dados. “O regime de propriedade intelectual, por si só, não estimula atividades inovativas. O estímulo vem da busca pelo conhecimento”, crê a pesquisadora.

Contribuindo com uma abordagem macroeconômica, Nelson Marconi, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destacou que é necessário investir mais para atender o mercado externo, além do interno, e reforçar a exportação brasileira de manufaturados. “O PIB per capita aumentou muito no Brasil, mas estávamos exportando muitos bens primários para a China. Conseguimos crescer assim, mas é um período efêmero porque, quando o mundo deixa de crescer, a gente deixa de exportar, que é o que acontece agora”, explicou. Marconi argumentou ainda que a inovação não alcança o ritmo desejado porque a taxa de lucro ainda é baixa na indústria, reduzindo investimento.

Se por um lado Marconi ressaltou a preocupação com as exportações, o economista Carlos Octávio Ocké-Reis, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apontou o papel estratégico da substituição de importações na área farmacêutica, correlacionando inovação tecnológica à soberania nacional. “O papel das políticas sociais como força motriz do desenvolvimento social não pode ser menosprezado, uma vez que sua universalização poderia ajudar a construir uma ética pública e solidária, desprivatizar o Estado superando o clientelismo, diminuir os níveis de pobreza, analfabetismo e desigualdade social, aumentar a produtividade da força de trabalho e reduzir a taxa de inflação de serviços para ampliar os gastos sociais nas políticas universais”, defendeu. Para ele, o complexo produtivo em saúde tem potencial para, simultaneamente, produzir renda, emprego, produtos, inovação tecnológica e ainda ajudar a desconcentrar a renda e reduzir a desigualdade.

Apesar do quadro preocupante, o Brasil pode estar começando a caminhar nessa direção. Pedro Palmeira, chefe do Departamento de Produtos Intermediários, Químicos e Farmacêuticos do BNDES, mostrou que a instituição é otimista em relação ao crescimento do setor farmacêutico e a seu esforço inovador, com destaque para a emergente evolução das empresas de capital nacional. Em contraposição, ele evidenciou um déficit na produção do segmento farmoquímico no País, embora tenha havido uma expansão a partir de 2009, principalmente com vocação exportadora.

“PARA AMPLIAR O ACESSO ÀS PDPS, O DECRÉSCIMO (DE PREÇO DOS PRODUTOS) NÃO PODE COMPROMETER O INTERESSE DAS EMPRESAS PRIVADAS EM PARTICIPAR, NEM A SUSTENTABILIDADE DA POLÍTICA”

REINALDO GUIMARÃES



“O problema é o mercado doméstico, já que o crescimento das farmacêuticas foi incapaz de carrear a farmoquímica”, lastimou. Ele cobrou que a indústria faça inovação de fato, não só no discurso. A solução passaria por três alternativas: a biotecnologia, a inovação em si e o adensamento da cadeia. Com dados de financiamento do BNDES, Palmeira diz que a farmoquímica representou apenas 2% do total investido no complexo industrial da saúde. “É muito discrepante a diferença em relação ao investimento brasileiro e a relevância em relação à farmacêutica no nível mundial”, diferenciou, acrescentando que certos produtos do segmento devem ser tratados como estratégicos para a soberania nacional, como os antibióticos.

BALANÇO DO ENCONTRO

O V Sipid teve a participação da Firjan, Ministério da Saúde e BNDES, além de representantes de laboratórios públicos e pesquisadores de diferentes universidades. Para o secretário Gadelha, do Ministério da Saúde, o Sipid “constitui um marco num novo ciclo de gestão e vai ser referência importante para as políticas públicas que serão implementadas”. Para Reinaldo Guimarães, 2º vice-presidente da ABIFINA, o seminário pôs em pauta questões marcantes para o setor, como a definição do papel do Estado – se deve agir de forma mais ou menos incisiva – e o papel da inovação no desenvolvimento. O Sipid foi realizado com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação como parte de um projeto de capacitação técnica das empresas farmacêuticas e farmoquímicas. Ano que vem haverá nova edição.



CONFIRA O DISCURSO DE ABERTURA DE ISAAC PLACHTA, VICE-PRESIDENTE DO CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, DO SISTEMA FIRJAN:

A prática de políticas públicas focadas no fortalecimento de indústrias que fabriquem produtos de maior valor agregado é uma estratégia clássica para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, sendo o complexo da saúde um segmento perfeitamente enquadrado nestas metas.

Segundo a Anvisa, a nossa balança comercial da saúde, em 2013, foi deficitária em 11 bilhões de dólares. Somente cerca de 2% dos insumos farmacêuticos ativos utilizados foram fabricados no Brasil, 48% são provenientes da China e 30% da Índia. Somos um dos maiores mercados mundiais de fármacos e medicamentos.

Além de sermos um dos maiores mercados mundiais de fármacos e medicamentos, o Brasil adota a gestão de um Sistema Unificado de Saúde (SUS) – que, embora deficiente no atendimento à população, proporciona aos gestores públicos uma robusta ferramenta para garantir mercado e estimular a pesquisa e promover a produção local: a compra pública.

A compra pública deve ser reforçada e ampliada como instrumento de estímulo à transferência de tecnologia e/ou ao desenvolvimento conjunto de inovações. Assim, a ação do sistema público de saúde deve transcender os essenciais aspectos regulatórios para induzir a articulação entre a academia, os laboratórios públicos e as empresas privadas, de forma a acelerar a formação de parcerias para o desenvolvimento produtivo no complexo da saúde.

Destaco a posição do Ministério da Saúde de não estatizar o setor e, criteriosamente, apoiar o aumento de competitividade das empresas, respeitando as suas diferentes vocações e perfis produtivos e fortalecendo a competitividade do produtor no território nacional. No nosso mercado interno, há espaço para as compras públicas e para o mercado privado de medicamentos se desenvolverem simultaneamente.

Imagino que este encontro irá orientar o rumo de algumas questões: a dos estímulos ao abastecimento do mercado privado, a questão regulatória para que não se favoreça o produto importado, prejudicando a produção nacional, e que o prazo da reserva de mercado seja o justo e não permita acomodações.

A busca da internalização de tecnologias estratégicas; de aproximar a academia, as instituições públicas e os agentes privados, para fortalecer a competitividade do produtor no território nacional, dará frutos. Persistindo por esta trilha, tenho segurança de que em pouco tempo o Brasil estará apto para: fornecer medicamentos, soros e vacinas ao setor público; para disputar o mercado privado de medicamentos; e também participar do mercado internacional.

A Firjan apoia fortemente a troca de ideias sobre a melhor articulação de financiamentos, benefícios fiscais e compras governamentais e, principalmente, sobre a aproximação da academia com os demais agentes do complexo da saúde. Tudo para reduzir o preço dos medicamentos e, o mais importante, aprimorar o atendimento do SUS aos brasileiros. 



CRISTÁLIA ÁGUA, UM BEM FINITO MUITO BEM UTILIZADO NO CRISTÁLIA

Laboratório Cristália, além da vocação para a inovação, pesquisa e desenvolvimento, ainda tem em seu sangue e seus valores a preocupação com o meio em que está inserido.

Sendo um complexo industrial farmoquímico, farmacêutico e biotecnológico 100% nacional que já é referência em tecnologia, o Cristália vem investindo cada vez mais em estratégias que ajudem a preservar o meio ambiente, principalmente em relação à utilização da água.

Segundo Ogari Pacheco, presidente do laboratório, a água é um dos bens mais preciosos, mas um bem finito, e por isso o Cristália tem tanta preocupação com seu uso consciente. “Somos uma empresa que participa ativamente do meio do qual fazemos parte. Preocupamo-nos em executar projetos que tragam benefícios para nossa sociedade e o meio ambiente. Na questão da água, temos várias ações que buscam utilizá-la da maneira mais eficiente, e também em devolvê-la limpa para o meio ambiente”, diz Pacheco.



Mais que todas as tecnologias de purificação, o grande trunfo do Cristália em relação à sustentabilidade está no uso que é feito com o rejeito gerado durante o processo, que também é água limpa, porém com sais minerais que não podem fazer parte da composição de medicamentos. Esta água de rejeito é utilizada em diversas partes do complexo, desde limpeza das áreas internas e externas à manutenção dos jardins.



Essa medida de reutilização consciente chega a economizar 7 milhões de litros de água por mês, gerando um grande impacto positivo para o meio ambiente.

O Cristália inovou ainda mais para preservar o meio ambiente implementando projeto na área de excelência industrial que, por meio de pequenas ações como campanha de conscientização dos colaboradores, otimização de processos industriais, substituição e regulagem de válvulas hidrossanitárias e troca do esguicho de mangueiras, entre outros, conseguiu diminuir substancialmente o uso de água do laboratório em atividades cotidianas. Com a iniciativa, foi possível alcançar economia mensal de 2 milhões de litros de água, reduzindo em 15% o consumo de toda a planta industrial. 



Biológicos: no Cristália já é uma realidade

Há mais de 15 anos investindo em biotecnologia no país, o Cristália pesquisa e desenvolve produtos biológicos inovadores.

As duas plantas de Biotecnologia (sendo uma dedicada a microorganismos anaeróbicos) instaladas no Complexo Industrial de Itapira (foto), são as primeiras e únicas unidades privadas do País a obter o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) da Anvisa e entrar em fase de produção.

É por isso que o Cristália está sempre um passo à frente...

75 patentes
conquistadas em
apenas 10 anos (até
dezembro/2014)

Biotecnologia com
Certificado de Boas
Práticas de Fabricação
(CBPF) nas duas plantas

PAINEL DO ASSOCIADO

► IBMP

NOVO ASSOCIADO

O Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP) é o mais novo associado da ABIFINA. A instituição, criada em 1999 por uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o governo do estado do Paraná, realiza pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico, inovação, produção industrial de insumos e kits diagnósticos para saúde. Entre eles, estão insumos para o kit NAT brasileiro para detecção de HIV e HCV e insumos para Programas de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde. Para sustentar sua atividade, o IBMP

conta com uma estrutura que engloba a área de produção de 2 mil m², certificada em Boas Práticas de Fabricação (BPF), e os laboratórios de desenvolvimento, com área total de mais de 500 m² e equipamentos de ponta. Seja bem-vindo!

► OUROFINO

PARCERIA DE PONTA

A Ourofino e a Universidade Católica de Brasília (UCB) firmaram em novembro acordo de transferência de tecnologia de um antibiótico produzido a partir de amostras da bactéria *Paenibacillus elgii ourofinensis* que pode tratar a

salmonelose aviária. Após a licença, a Ourofino espera disponibilizar o produto para o mercado dentro de dois anos.

Presente no solo do cerrado, a bactéria estudada produz um peptídeo natural e biodegradável eficaz que não causa danos à saúde da ave nem deixa resíduos na carne. A UCB e a Ouro Fino pediram a patente no Brasil em 2009 e no exterior em 2011. Pela parceria entre as duas instituições, a Ourofino comercializará a fórmula do medicamento e pagará *royalties* à UCB.

Cerca de R\$ 800 mil foram investidos pela empresa Ourofino em bolsas de doutorado e de iniciação científica. Já o financiamento do Conselho Nacional de Desenvol-

vimento Científico e Tecnológico (CNPq) permitiu a aquisição de fermentadores de grande porte para o cultivo da bactéria em grandes volumes, o suficiente para os testes de campo.

PERSONALIDADE DE SUCESSO

As 100 personalidades mais influentes do agronegócio foram destaque na edição comemorativa de dez anos da revista Dinheiro Rural. Entre elas está Norival Bonamichi, sócio-fundador da Ourofino Saúde Animal, na categoria “Proteção de cultivos/animais, fertilizantes e insumos”. Em 1987, o empresário, junto a seu amigo de infância Jardel Massari, criou a Ourofino e a tornou uma das maiores empresas do País no setor, hoje com mais de 1.300 funcionários.

▶ IVB

INSTALAÇÕES MAIS MODERNAS

O Instituto Vital Brazil (IVB) inaugurou, no dia 5 de dezembro, o Laboratório de Artrópodos para o desenvolvimento de biopesticida a partir de fungos para controle de aranhas e uma nova área para produção de soro, com maior capacidade de produção, menor risco de contaminação microbiana e mais efi-

ciência. Outra estrutura inaugurada é o prédio do Centro de Estudo do Instituto, que passou por reforma. O IVB também investiu na compra de equipamentos que aumentarão a produção de soro em 50%.

▶ CRISTÁLIA

TECNOLOGIA PARA EXPORTAÇÃO

O medicamento contra disfunção erétil Helleva, desenvolvido e produzido pela Cristália, recebeu autorização para ser comercializado no México. O laboratório se prepara para iniciar as exportações ainda este ano. Atualmente, o produto já está registrado no Equador e tem pedido de registro na Venezuela.

▶ FUNED

PARCERIA EM BIOTECNOLOGIA

A Fundação Ezequiel Dias (Funed) tem a expectativa de firmar a primeira parceria com uma empresa espanhola para implantação de diagnóstico molecular para câncer hereditário. A AC-GEN visitou a sede da Funed no início de dezembro, como parte de missão empresarial ao Brasil.

CÂNCER DE OVÁRIO

O tratamento do câncer de ovário é objeto de pesquisa em estágio inicial da Funed, que tentará desenvolver um exame laboratorial para ajudar a definir qual o melhor tratamento para a doença. Para chegar a esse objetivo, será feito um amplo sequenciamento do DNA e identificado se algum gene pode tornar a mulher mais suscetível ou resistente aos medicamentos. Uma das contrapartidas do estudo é subsidiar exames (que devem estar disponíveis em três anos) para o Sistema Único de Saúde (SUS).

▶ FARMANGUINHOS

CONTRA A AIDS

Recorde após recorde, Farmanguinhos vem cumprindo o compromisso de abastecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e dar acesso da população aos antirretrovirais para combate ao HIV. A estimativa é de que, até o fim de 2014, o Instituto produza mais de 235 milhões de unidades farmacêuticas, o que representa um crescimento de aproximadamente 27% em relação ao ano passado. De agosto para cá, Farmanguinhos já tinha se superado na produção de Lamivudina, do composto Lamivudina+Zidovudina, e do Efavirenz. Ainda no campo dos antirretrovirais,

//Painel do Associado

também em novembro o Ministério da Saúde começou a distribuir o Ritonavir 100 miligramas termoes-tável produzido por Farmanguinhos. Trata-se de novo comprimido denominado “dois em um”, por reunir dois princípios ativos.

EFICIÊNCIA CONTRA A TUBERCULOSE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) conferiu a Farmanguinhos, no final de novembro, o registro do 4 x 1, medicamento que reúne quatro princípios ativos usados no tratamento da tuberculose. De acordo com o Farmanguinhos, o prazo é de três anos para que seja implantada a tecnologia de produção do fármaco no Complexo Tecnológico de Remédios (CTM), no Rio de Janeiro.

► FARMANGUINHOS E IVB

NOVAS PDPs

O Ministério da Saúde assinou em novembro dois novos acordos para a produção de medicamentos por meio de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), com investimentos previstos de R\$ 213 milhões no primeiro ano. A fabricação do Infleximabe, indicado para o tratamento de doenças reumáticas e autoimunes, envolverá os laborató-

rios públicos Biomanguinhos e IVB, e os privados Bionovis e Janseng-Cilag. O segundo acordo se refere a um fármaco inovador desenvolvido por Farmanguinhos com a indiana Lupin, que associa em um único medicamento quatro princípios ativos no tratamento da tuberculose.

► OXITENO

INVESTINDO NA PETROQUÍMICA

O mercado petroquímico é alvo de inovação pela Oxiteno. Por isso, a empresa vive atendida na evolução do setor e participou, em novembro, da 34ª Reunião Anual da APLA, evento promovido pela Associação das Petroquímicas Latino-Americanas, no Rio de Janeiro. Os principais *players* da região discutiram temas como canais de distribuição, serviços logísticos, perspectivas e projeções para o futuro da indústria petroquímica.

MAIS RESULTADO

Em novembro, a Oxiteno lançou três novos produtos na área de agroquímicos: o dispersante Surfom WG 8168 e os dispersantes emulsionantes Ultraric PE 104 e 105. Os produtos atendem às necessidades dos agricultores de uma aplicação eficiente e simples dos defensivos,

aumentando a quantidade de ingrediente ativo no alvo e reduzindo custos de aplicação, com menos riscos ambientais e toxicológicos.

► BIOLAB

NOVA PLANTA

Nos planos de negócio da Biolab para 2015, está o início da construção de uma nova fábrica de medicamentos em Minas Gerais, voltada principalmente para exportação. A empresa estima investimento de R\$ 250 milhões e inauguração em 2018.

► IVB E FUNED

CONHECIMENTO CENTENÁRIO

Institutos brasileiros produtores de soros anti-peçonhentos e o Museu de História Natural de Paris inauguraram no dia 15 de dezembro, em Paris, uma placa em homenagem aos cientistas pioneiros na área: Vital Brazil, Césaire Phisalix, Gabriel Bertrand e Albert Calmette. O IVB e a Fundação Ezequiel Dias (Funed) fizeram parte do grupo que promoveu a celebração, em memória dos 120 anos da descoberta da soroterapia antiveneno. 



ABIFINA EM AÇÃO



ABIFINA APRESENTA PROPOSTAS PARA AGROQUÍMICOS EM REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO GOVERNO

A ABIFINA está no centro dos debates para o desenvolvimento da indústria nacional de defensivos agrícolas. O peso e a consistência das defesas mantidas pela entidade lhe garantem espaço nos mais importantes fóruns, como aconteceu no dia 5 de novembro, quando foi convidada a participar de uma reunião de peso promovida pela Ourofino Agronegócios.

O objetivo foi buscar soluções para os problemas do setor, entre eles questões regulatórias. A reunião aconteceu na planta industrial da Ourofino, em Uberaba (SP), com a presença do prefeito da cidade, Paulo Piau, representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), BNDES, ABIFINA e o Sindicato do setor.

O 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil de Oliveira, destacou a necessidade de serem definidos os produtos agroquímicos prioritários para registro pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Também reforçou a atuação da ABIFINA na área de patentes industriais.

Nesse sentido, Nelson Brasil apresentou a gerente técnica e de Propriedade Intelectual da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira, responsável pela condução de estudos e análises técnicas da entidade. Tendo como grande objetivo a luta pela fabricação local com inovação tecnológica, a ABIFINA entende que o foco da indústria deveria cobrir o patenteamento de novas formulações, na forma aceita pela lei e seus regulamentos, o que foi defendido na reunião.

NOVA NORMA PARA REGISTRO DE MEDICAMENTOS TEM CONTRIBUIÇÕES DA ABIFINA

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 60/2014 atualizou os critérios técnicos de qualidade, segurança e eficácia para o registro de medicamentos novos, genéricos e similares. Publicada em 13 de outubro pela Anvisa, a norma teve ampla contribuição da ABIFINA e seus associados, que debateram a proposta e enviaram sugestões no período de consulta pública.

Foi um longo processo de debates e negociações, intensificado no início de outubro, quando a ABIFINA se reuniu em São Paulo com a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac) e a Farmabrazil para analisar a Consulta Pública 01/2013, que tratava do tema.

No dia seguinte, as entidades foram recebidas pela Diretoria Colegiada (Dicol) da Anvisa e apresentaram as sugestões da indústria farmacêutica nacional. O resultado da reunião foi uma nova redação para a RDC, considerando as propostas encaminhadas.

A RDC nº 60 substituiu as Resoluções RDC nº 136/2003, RDC nº 16/2007 e RDC nº 17/2007. A revisão das normativas também foi necessária para implementar o registro eletrônico de medicamentos na Anvisa. Além disso, reestruturou o relatório técnico a ser apresentado segundo o Common Technical Document (CTD) do International Conference on Harmonisation of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use (ICH).



GETEC: EXCELÊNCIA TÉCNICA A SERVIÇO DOS ASSOCIADOS

Todos os associados recebem comunicados da Gerência Técnica da ABIFINA (GETEC), mas poucos sabem o quanto essa equipe é multidisciplinar. A GETEC é formada por quatro pessoas: Ana Claudia Oliveira, gerente técnica e de Propriedade Intelectual; Fernanda Costa e Marina Moreira, analistas técnicas; e Sarah Pitta, estagiária. As profissionais são especializadas em áreas distintas, de forma a atuar com grande capacitação técnica nas diferentes questões que tocam o setor da química fina, de acordo com os interesses e necessidades do corpo social da ABIFINA.

Ana Claudia é bióloga, com mestrado em Biologia, doutorado em Biotecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorado empresarial pelo CNPq/UFRJ, com tese na área de Inovação e Propriedade Intelectual. Possui 15 anos de experiência, iniciada como analista de patentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e como bolsista de Pró-Gestão de Farmanguinhos. Está na ABIFINA desde 2007, tendo começado seu trabalho na área de Fitoterápicos e Patentes. Em 2012, iniciou o Programa de Oficinas, o qual deu origem ao atual Programa de Capacitação, financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e coordenado pelo 2º vice-presidente da ABIFINA, Reinaldo Guimarães.

Fernanda Costa é engenheira química formada pela UFRJ e atua na área de defensivos agrícolas e comércio exterior. Atualmente cursa MBA em Comércio Exterior e Negociações Internacionais, em fase de conclusão, e Mestrado Profissional em Engenharia de Biocombustíveis e Petroquímica com ênfase em Petroquímica.

Marina Moreira é farmacêutica formada pela Universidade Gama Filho e atua na área de fármacos e medicamentos. Está finalizando a especialização em assuntos regulatórios da indústria farmacêutica. A equipe é auxiliada pela estagiária Sarah, que está cursando a faculdade de Farmácia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ).

Com uma equipe diversificada, a GETEC auxilia as empresas associadas em diversos temas. Na área de fármacos e medicamentos, contribui com as discussões das Consultas Públicas (CPs) abertas, analisa e revisa as

Resoluções da Diretoria Colegiada (RDCs) da Anvisa e demais regulações do Ministério da Saúde.

Na área de bio (fitoterápicos e biotecnologia), participa das discussões entre entidades parceiras e auxilia o governo no entendimento da cadeia produtiva, atuando fortemente na aprovação do Projeto de Lei (PL) 7735/2014 (acesso ao patrimônio genético).

Em defensivos agrícolas, atua na área regulatória, com presença em reuniões estratégicas do setor, incluindo diálogos com a Anvisa, o Ibama e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

No comércio exterior, a GETEC discute as principais questões de negociações internacionais, defesa comercial, legislações sobre importação e exportação e apoia as empresas na elaboração e submissão de pleitos ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Em patentes, a GETEC trabalha em duas frentes. Por meio do Comitê de Propriedade Intelectual (PI) da ABIFINA, discute os principais conceitos, estudos e legislações da área. No Grupo de Apoio Jurídico, juntamente com a equipe do escritório Denis Borges Barbosa, atua fortemente no sistema judiciário, através do instituto do *amicus curiae*. Desta forma, a GETEC subsidia ações com laudos técnicos contra extensões de patentes *pipeline*, *evergreening*, patentes óbvias e outros instrumentos antiéticos de proteção intelectual.

Atenta às necessidades do associado, a GETEC inovará em suas atividades em 2015. A Gerência desenvolverá trabalhos nas áreas de nanotecnologia, alimentos funcionais, cosméticos e saúde animal, sempre com foco nos interesses estratégicos do setor.

ABIFINA OFERECE ORIENTAÇÕES PARA UFRJ SUPERAR GARGALOS EM INOVAÇÃO

A Agência de Inovação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) recebeu, no dia 24 de novembro, a Gerente Técnica e de Propriedade Intelectual da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira. Ela apresentou os principais gargalos existentes na UFRJ para o lançamento de inovações e para o estabelecimento de parcerias da universidade com empresas. A Agência buscará soluções para os entraves junto à Procuradoria da universidade. Entre os principais problemas, estão os modelos contratuais, a titularidade de pedidos de patentes e o percentual de *royalties*.

INTERCAMBIALIDADE TAMBÉM TEM NOVAS REGRAS

Tema de constante debate e monitoramento pela ABIFINA, a intercambialidade de medicamentos similares com o medicamento de referência enfim teve sua normativa publicada. Os procedimentos foram definidos pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 58/2014, publicada no dia 13 de outubro.

A partir de 1º de janeiro de 2015, os fabricantes terão 12 meses para se adequarem à norma. Pela nova regra, os similares com equivalência farmacêutica comprovada poderão indicar na bula que são substitutos aos de marca. Para manter o mercado e pacientes atualizados sobre os produtos equivalentes, a Anvisa vai criar uma lista dos similares intercambiáveis.

REUNIÕES SOBRE GUIA DE PRODUTOS DE DEGRADAÇÃO

A Consulta Pública nº 68/2014, sobre o Guia de Produtos de Degradação, foi discutida no início de outubro por ABIFINA, Alanac e Farmabrazil, em São Paulo. A reunião complementou o debate iniciado em setembro entre as entidades.



ACESSO À BIODIVERSIDADE É PAUTA PRIORITÁRIA DA ABIFINA

O Projeto de Lei (PL) 7.735/2014 (acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios) é um dos mais importantes no momento para as atividades de pesquisa e desenvolvimento no País. Por este motivo, constitui um dos pontos da agenda da ABIFINA que mais consome esforços em termos de estudos, propostas e negociação com o governo. Assim continuará sendo em 2015.

Os últimos meses de 2014 criaram marcos nessa luta. No início de novembro, a gerente técnica e de Propriedade Intelectual da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira, fez uma apresentação na Câmara dos Deputados, em Brasília, sobre a necessidade de o PL ser aprovado.

Além disso, a ABIFINA esteve presente na Frente Parlamentar para a Agropecuária (FPA) apresentando os principais pontos do PL, uma preparação para que, no Plenário da Câmara dos Deputados, fosse formada uma Comissão Geral para discutir o tema e decidir pela votação ou não do PL, em regime de urgência.

A proposta, do Executivo, tem dividido opiniões em torno de dois pontos polêmicos: o pagamento de *royalties* pelo acesso a recursos da biodiversidade e a repartição dos benefícios financeiros obtidos a partir dele.

REGISTRO E PREÇO DE MEDICAMENTOS

A vinculação do registro de medicamento ao protocolo informativo de preço na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) foi um dos temas mais discutidos na reunião da Diretoria Colegiada da Anvisa no dia 09 de outubro. Foi nessa mesma ocasião que a Anvisa aprovou a proposta de intercambialidade (RDC nº 58/2014) e de registro de medicamentos novos, genéricos e similares (RDC nº 60/2014).

Marcia Martini Bueno, diretora do Comitê Farmo da ABIFINA, e Ana Claudia Oliveira, Gerente Técnica e de Propriedade Intelectual, defenderam na reunião a continuidade dos diálogos entre a Anvisa e o setor regulado. Marcia também agradeceu o intenso trabalho realizado por Dirceu Barbano (que deixou a Presidência da Anvisa em outubro) em prol da vigilância sanitária, pensando no desenvolvimento industrial do País.

PRODUTORES DE AGROQUÍMICOS COBRAM COMBATE A PRODUTOS ILEGAIS

Levantamento do Sindiveg mostra que 9 a 10% dos defensivos agrícolas comercializados no Brasil são ilegais. Para combater essa realidade, a entidade entregou ao Ministério da Agricultura (Mapa) um pedido para que os órgãos de fiscalização combatam a prática clandestina. O fato aconteceu em outubro na 75ª Reunião da Câmara Temática de Insumos Agropecuários no Auditório da Organização das Cooperativas Brasileiras em Brasília.

Na reunião, Wilson Vaz de Araújo, secretário de Política Agrícola Substituto e Diretor do Departamento de Economia Agrícola do Mapa, apresentou os cenários e perspectivas da política agrícola brasileira. A ABIFINA esteve presente representada pela analista técnica Fernanda da Costa.

CONSELHO ADMINISTRATIVO ESTUDA POSIÇÕES SOBRE MARCO REGULATÓRIO DAS PDPs

A última reunião do Conselho Administrativo da ABIFINA, realizada no dia 27 de novembro, analisou o marco legal das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). O novo regime de garantias pecuniárias para contratações com transferência ou desenvolvimento local de tecnologia foi assunto da apresentação do advogado e consultor jurídico da ABIFINA Denis Borges Barbosa, cujo escritório preparou emenda sobre o tema, incorporada na Medida Provisória (MP) nº 651.



Outro tópico relacionado às PDPs tratado nessa reunião foi a Portaria editada pelo Ministério da Saúde nessa área. Reinaldo Guimarães, 2º vice-presidente da ABIFINA, fez em apresentação da Portaria uma análise dessa norma destinada a embasar futuro posicionamento da entidade. Nesse sentido, foi decidido que a diretoria elaborará um relatório contendo as sugestões levantadas nessa reunião, para posterior definição do Conselho Administrativo sobre um documento final a ser levado pela entidade para o governo federal.



OFICINAS DA ABIFINA CAPACITAM PARA INOVAR

Atendendo à demanda por capacitação em áreas de suporte ao desenvolvimento tecnológico, a ABIFINA ofereceu novas edições de suas oficinas entre setembro e novembro, ministradas por Ana Claudia Oliveira, gerente técnica e de Propriedade Intelectual da entidade.

A oficina “Gestão integrada do conhecimento: suas interfaces para o incremento e a sustentação da inovação” teve sua edição na sede da entidade no Rio de Janeiro. O curso apresentou conceito de inovação e noções relacionadas: sua importância, motivações, planejamento estratégico, inteligência competitiva, processo de desenvolvimento de produtos e indicadores.

Na sede do Aché, em São Paulo, foi ministrada a oficina “Prospecção de documentos de patentes”. A oficina – anteriormente realizada na ABIFINA, em Bio-Manguinhos e na EMS – abordou os diferentes tipos de busca, as principais bases utilizadas e as estratégias de prospecção.

Outro tema de oficina foi “Valoração de tecnologias”, oferecida na sede da ABIFINA. Discutiu os conceitos de tecnologia, ativos intangíveis, suas características estratégicas, gestão, e a diferença entre valoração e avaliação. Foram abordados também os tipos de valoração de tecnologias, os métodos existentes e as formas de comercialização, sempre com estudos de caso.

Veja o calendário de oficinas e se inscreva: www.abifina.org.br/oficinas.php

REUNIÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DA ABIFINA

Na reunião de 16 de outubro do Comitê de Propriedade Intelectual da ABIFINA, foram priorizados os pedidos de patentes de produtos estratégicos para o SUS e elencadas as primeiras ações. No mesmo dia, na reunião do Grupo de Apoio Jurídico (GAJ), o advogado Raul Murad apresentou o relatório das atividades da equipe jurídica do mês de setembro. Em novembro, a reunião teve como convidado Albert Keyack, cônsul de Propriedade Intelectual para a América do Sul do Escritório Americano de Patentes (USPTO, na sigla em inglês), apresentando o exame de patentes no USPTO após o caso Myriad-Mayo.



COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PODEM INCENTIVAR A BIOECONOMIA

Avaliar práticas e políticas públicas para o desenvolvimento econômico baseado em biotecnologia. Este foi o objetivo do 3º Fórum de Bioeconomia – Políticas Públicas e Ambiente para Inovação e Negócios no Brasil, uma iniciativa da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). O evento foi promovido no dia 23 de outubro, em São Paulo, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Harvard Business Review Brasil (HBR-BR).

No evento, foi apresentada pesquisa da CNI que revelou a preocupação do setor com a falta de segurança jurídica, mão de obra qualificada e apoio à pesquisa para o desenvolvimento da bioeconomia. Também foi comentado durante o Fórum que, entre as áreas mais promissoras do setor, está a de bioprocessos, tecnologia-chave para o desenvolvimento industrial, garantindo aumento da produção.

Estiveram presentes no Fórum a gerente técnica e de Propriedade Intelectual da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira, a analista técnica Fernanda Costa, o diretor de Relações Institucionais da ABIFINA e do Cristália, Odilon Costa, Simone Tucci (EMS), Clarice Pires e Anna Carolina Viola Chaves (Hygeia Biotech).



Fonte: Banco de mídia CNI - José Paulo Lacerda

NOVA LEGISLAÇÃO PARA DEFESA AGROPECUÁRIA

Em outubro, entidades da indústria se reuniram na sede do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), em São Paulo, para discutir o Projeto de Lei (PL) nº 7.264 de 2014. De autoria do senador Antonio Russo (PR/MS), o PL revisa a legislação da defesa agropecuária (normas sanitárias federais para os segmentos vegetal e animal) e tramita na Câmara dos Deputados. O texto, com mais de 300 artigos, consolida 16 leis, quatro decretos-lei e quatro decretos, alguns existentes desde a década de 1930.

REDEFITO DISCUTE MELHORAS NA CADEIA PRODUTIVA

Discutir os principais entraves da cadeia produtiva de fitoterápicos e propor um portfólio de produtos a ser elaborado. Essa foi a tônica da 1ª Roda de Conversa da RedesFito, no dia 30 de outubro, em Farmanguinhos. Estiveram presentes empresas e laboratórios oficiais, como Centroflora, EMS, Iquego, Laboratório da Marinha, Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul (Lafergs), entre outros. Ana Claudia Oliveira, gerente técnica e de Propriedade Intelectual da ABIFINA, foi moderadora do evento.

PARA COMBATER OS GARGALOS DOS FITOTERÁPICOS

Foi realizada no dia 27 de novembro a reunião da Câmara Setorial de Fitoterápicos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O grupo debateu os principais gargalos da cadeia produtiva, além do programa para o Seminário que será realizado em 2015, no Rio de Janeiro. Ana Claudia Oliveira, gerente técnica e de Propriedade Intelectual da ABIFINA, esteve presente representando a entidade.



Fonte: Banco de mídia CNI - José Paulo Lacerda

RECONDUZIDO À PRESIDÊNCIA DA CNI, ROBSON ANDRADE REFORÇA DIÁLOGO COM GOVERNO

A indústria está disposta a manter o diálogo com o Congresso Nacional e o governo em defesa das propostas para o crescimento do Brasil. Com essa mensagem, Robson Braga de Andrade assumiu seu segundo mandato como presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 28 de outubro.

Na cerimônia de posse, ele destacou que reconhece as dificuldades que o Brasil terá pela frente, desde o câmbio até a alta carga tributária. “Mas tenho certeza de que a CNI será uma grande aliada dos governos estadual e federal na busca por alternativas para o crescimento do País”.

Odilon Costa, diretor de Relações Institucionais da ABIFINA, esteve presente na solenidade de posse, na sede da CNI, em Brasília.

ESTUDO IDENTIFICA POTENCIAL PARA SETOR QUÍMICO SE DIVERSIFICAR

O BNDES apresentou no dia 26 de novembro, no Rio de Janeiro, o relatório final do “Estudo do potencial de diversificação da indústria química brasileira”. A ABIFINA esteve representada por seu 1º vice-presidente, Nelson Brasil, pela gerente técnica e de Propriedade Intelectual, Ana Claudia Oliveira, e a analista técnica Fernanda Costa.

O estudo priorizou 19 segmentos (entre os quais defensivos agrícolas, aromas e fragrâncias, aromáticos, cosméticos e higiene pessoal), identificando políticas públicas de desenvolvimento, análises econômico-financeiras das oportunidades apontadas e possíveis modelos de negócios.

PALESTRA ABORDA TECNOLOGIA EM SAÚDE

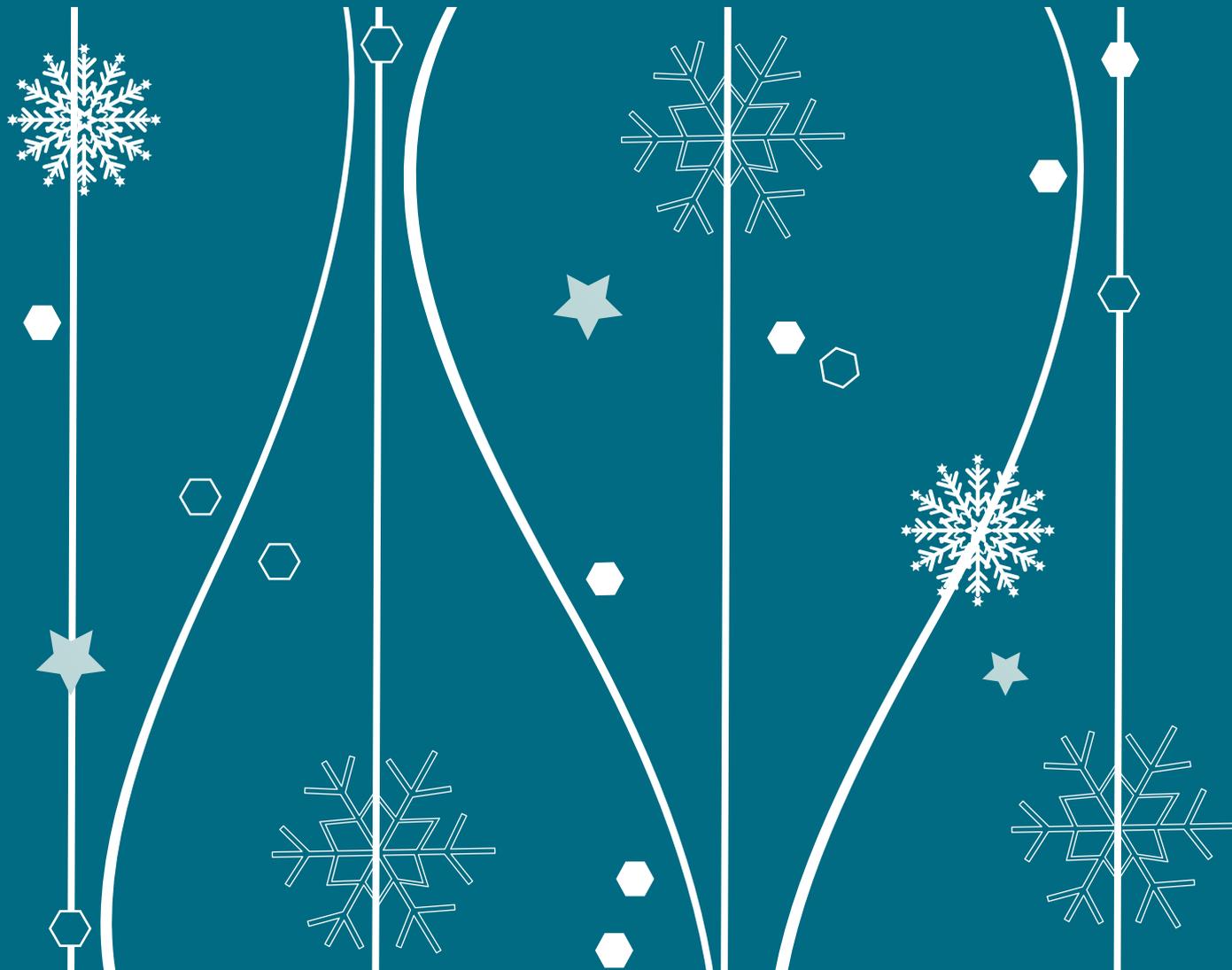
Reinaldo Guimarães, 2º vice-presidente da ABIFINA, ministrou a palestra “Imperativo tecnológico e saúde humana” no Ciclo de Conferências de Estudos Avançados em Ciências e Humanidades. O evento foi realizado em outubro pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ABIFINA SE CAPACITA EM DOCUMENTOS PARA REGISTRO DE AGROQUÍMICOS

A analista técnica da ABIFINA Fernanda da Costa participou do “Treinamento de instrução e preparação de documentação para registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins junto ao Mapa”. O curso foi oferecido nos dias 30 e 31 de outubro, em Brasília, pela Íntegra Brasil - Agência de Integração à Saúde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social do Brasil. O curso foi ministrado por Luis Eduardo Rangel, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

EXPERIÊNCIA BRASILEIRA É APRESENTADA NA ARGENTINA

A Câmara Argentina de Produtos Farmoquímicos (Capdrofar) realizou em 06 de novembro, em Buenos Aires, a 1ª Jornada Farmoquímica Argentina. Reinaldo Guimarães, 2º vice-presidente da ABIFINA, participou do evento ministrando palestra sobre a construção da política de desenvolvimento produtivo no Brasil.



“Para ganhar um Ano Novo que mereça este nome, você, meu caro, tem de merecê-lo, tem de fazê-lo novo. Eu sei que não é fácil, mas tente, experimente, consciente. É dentro de você que o Ano Novo cochila e espera desde sempre.”

(Carlos Drummond de Andrade)

Boas Festas!

ABIFINA 



//////
O ANO TERMINA,
MAS AS NOVIDADES
ACABAM DE
COMEÇAR

Referência em Inovação na indústria farmacêutica nacional, a Biolab fecha 2014 com grandes marcos na sua história: a expansão de seu parque fabril, o lançamento de 7 produtos e a apresentação do primeiro nanoanestésico tópico do mundo, uma inovação totalmente brasileira, concebida em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para a Biolab, o ano termina com conquistas inovadoras. Comprometida com o futuro da ciência nacional, contribuimos para que o país continue, como nós, dedicado à evolução.

.....
EVOLUIR É VITAL

biolab
FARMACÊUTICA

www.biolabfarma.com.br